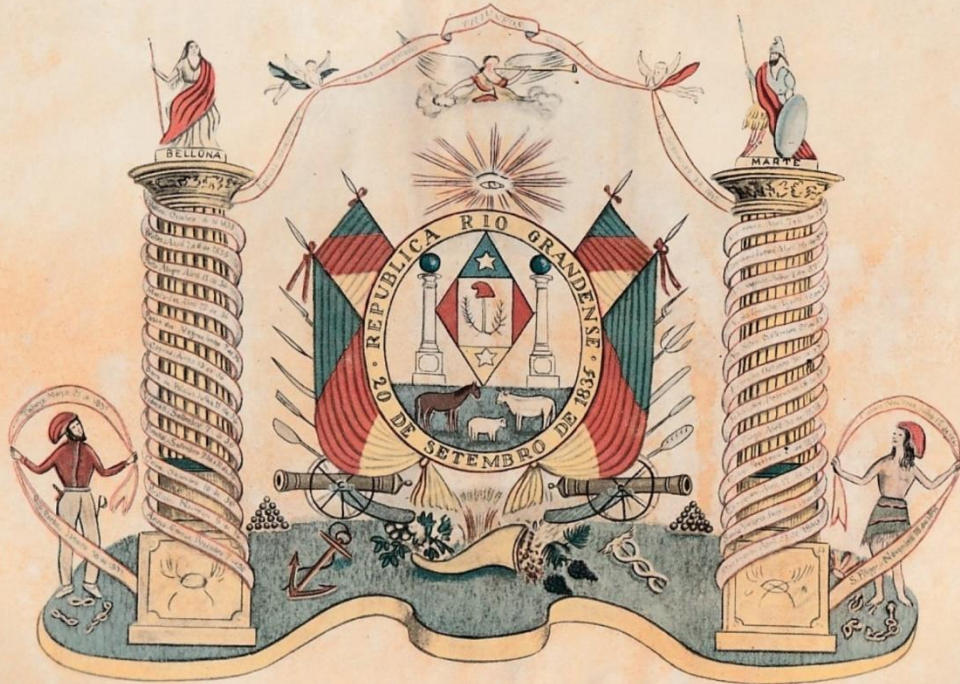




Revolução Rio-Grandense de 1835-1845: estudos históricos e historiográficos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

116



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Revolução Rio- Grandense de 1835- 1845: estudos históricos e historiográficos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Revolução Rio-Grandense de 1835-1845: estudos históricos e historiográficos



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2025

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Revolução Rio-Grandense de 1835-1845: estudos históricos e historiográficos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 116
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2025

ISBN – 978-65-5306-072-2

CAPA: Fastos da República (Painel do Padre Hildebrando). In: VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. v. 6.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Liberalismo, revolução e imprensa na formação do Estado Nacional Brasileiro: um estudo de caso no Rio Grande do Sul / 11

Revolução Farroupilha e discurso historiográfico / 35

A Revolução Farroupilha nos escritos de Carlos Dante de Moraes / 101

Liberalismo, revolução e imprensa na formação do Estado Nacional Brasileiro: um estudo de caso no Rio Grande do Sul

O pensamento liberal, desde as suas origens ligadas ao ideário iluminista e perpassando pelas diversas ondas revolucionárias que marcaram o mundo ocidental desde o final do século XVIII até a primeira metade da centúria seguinte, passou por significativas adaptações e transformações de acordo com as diferentes conjunturas e contingências espaciais e temporais. Nesse sentido, o liberalismo foi, ao longo dos séculos, se metamorfoseando, plasmando-se identidades específicas de país para país, ou ainda, de região para região, de acordo com os interesses de cada sociedade na qual seus princípios foram aplicados. Foi nessa época de transição dos Estados Nacionais Absolutistas para os Estados Nacionais Liberais que ocorreu a gênese do processo de emancipação política do Brasil. O liberalismo econômico, através da ruptura dos pressupostos do pacto colonial e a progressiva inserção do Brasil nos quadros do livre-cambismo, incrementou-se a partir da transmigração da Família Real, da Abertura dos Portos e dos Tratados de 1810, com o consequente fortalecimento do predomínio britânico sobre o mercado brasileiro, advindo daí os fatores que

levariam ao incremento das práticas liberais e, daí, à independência política. Ainda que a origem do Estado Nacional Brasileiro tenha se dado sob a égide liberal, os primeiros anos de existência do novo país foram marcados exatamente por essa fase de transições, coexistindo princípios liberais e autoritários – cujas raízes ligavam-se ao pensamento absolutista –, estando vinculados a esse processo os elementos constitutivos que levaram à abdicação de D. Pedro I.

A partir da retirada do primeiro Imperador brasileiro, se daria o Período Regencial, marcado por profunda fermentação ideológica, no qual coexistiram diferentes e divergentes princípios – como republicanismo e monarquismo, centralismo e federalismo – e, mesmo no seio dos diversos grupos políticos, ainda persistiam divisões internas, revelando-se vários matizes entre aqueles mais moderados e os mais exaltados na defesa de seus ideais, em uma verdadeira amálgama partidária, difusa e pouco definida, revelando-se nesse debate os alcances e limites das práticas liberais entabuladas no Brasil. Dessa verdadeira confusão político-ideológica adviria um contexto de profunda crise institucional, pois vários dos conflitos políticos acabariam por redundar em confrontos armados, surgindo uma série de focos revolucionários que ameaçariam a ordem institucional e a integridade territorial brasileira, e, nesse quadro, o mais grave desses movimentos se daria na província mais meridional brasileira, a partir do desencadeamento da Revolução Farroupilha, guerra civil que perduraria por quase uma década, sustentada, ideologicamente, na defesa dos princípios liberais.

A imprensa teve significativa importância nesse processo de formação histórica do Brasil do século XIX, notadamente durante o processo de gênese do Estado Nacional. Atuando como meio de comunicação, divulgação e informação, os jornais também agiram como propagadores de princípios que nortearam a evolução social, política, ideológica e econômica da sociedade brasileira. A origem da imprensa no Rio Grande do Sul esteve intrinsecamente associada à conjuntura histórica da década de 1830, marcada pela constante bipolarização partidária e verdadeira dicotomia política quanto às ações e ideais dos grupos divergentes; esses enfrentamentos traduziram-se na formação de um conflito discursivo entre rebeldes e legalistas, à época da Revolução Farroupilha. Em tal confronto, o liberalismo teve significativa função pois, moldado para adaptar-se ao contexto sul-rio-grandense, serviu na legitimação/deslegitimação discursiva das formas de pensar e agir dos dois lados em disputa¹.

¹ Sobre a imprensa no Rio Grande do Sul à época da Revolução Farroupilha, observar: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nos primórdios da Revolução Farroupilha. In: *Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1996.; ALVES, Francisco das Neves. O surgimento da imprensa gaúcha: o caso da cidade do Rio Grande. In: ALVES, F.N. (org.). *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: FURG, 1999.; MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (2ª série).; RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no

Nesse quadro, o presente trabalho intenta apresentar alguns fragmentos das construções discursivas de fundo liberal da imprensa gaúcha, à época da preparação e eclosão da Revolução Farroupilha, através do estudo de caso de uma folha partidária dos revolucionários que circulou na cidade do Rio Grande, uma das mais importantes comunidades sul-rio-grandenses de então.

O discurso e as práticas farroupilhas tiveram evidente embasamento nos princípios liberais, que foram sintetizados de modo a servir aos interesses dos rebeldes, criando-se um “liberalismo próprio” dos rio-grandenses. Nesse sentido, “o pensamento liberal europeu encontrou eco e foi metabolizado pelos brasileiros”, pois o “processo histórico da colonização/descolonização havia gerado contradições”, de modo a formar “agentes sociais portadores de um modo liberal de agir”. Porém, mesmo no Rio Grande do Sul, o liberalismo ainda apresentaria peculiaridades, visto que não foi “com a importação de ideias que os farrapos se tornaram ‘liberais’”, e sim, “o contexto histórico rio-grandense criou formas de agir e pensar ‘liberais’, e as ideias europeias só entraram e foram adotadas em função dessa realidade”². O caráter

Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 15.; e VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: *Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 29.

autoritário foi uma das particularidades do pensamento liberal praticado no contexto rio-grandense, uma vez que “o autoritarismo estava arraigado na formação histórica do Rio Grande do Sul”, não havendo “contradição entre esse autoritarismo e o discurso liberal”, pois, através desse discurso, “se procurava garantir a dominação tradicional e as relações sociais que nessa dominação estavam ancoradas”. Assim, se são encontradas na Revolução Farroupilha “concomitantemente a defesa do liberalismo e práticas autoritárias é porque isso respondia a interesses que o movimento social representou”, de modo que a guerra civil mostrou “como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos que, falando em nome do povo, cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação”³.

A Revolução Farroupilha teve sua liderança amplamente ligada à elite latifundiária que, mesmo posicionando-se politicamente como liberal, por ser o grupo social dominante na Província, “exercia uma dominação ao nível local, dentro dos padrões patrimonialistas” e estabelecia suas relações sociais tendo por base “aspectos senhoriais e autoritários”, sendo que, inclusive, “o liberalismo dessa elite rural não era incompatível com o escravismo”⁴. Os farroupilhas

³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: *Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 59-60.

⁴ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 99.

justificariam seus atos em nome do “direito à resistência”, ao afastar o representante do Governo Central que consideravam como opressor e, portanto, seguindo o ideário liberal, pelo qual os governantes eram considerados como meros administradores, servidores do povo, o qual poderia afastá-los sempre que não estivesse satisfeito com suas atuações. A própria revolução e a futura ruptura institucional, com a formação de uma república independente seriam legitimadas pela ideologia liberal, já que os rio-grandenses estariam defendendo instituições como a liberdade, a lei, a propriedade e até mesmo a soberania que poderiam ser ameaçadas pelo “despotismo” do Governo Imperial⁵. Nessa linha, o processo

⁵ Declaravam os líderes da Revolução: “Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa desses direitos imprescritíveis constituindo-se República independente; toma na extensa escala dos estados soberanos o lugar que lhe compete pela suficiência de seus recursos, civilização e naturais riquezas, que lhe asseguram o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio, sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte dessa mesma independência ou soberania a outra nação, governo ou potência estranha qualquer. (...) Só empunha o gládio dos combates para cobrir-se e defender-se de uma odiosa agressão; faz nesse momento o que fizeram tantos outros povos por iguais motivos, em circunstâncias idênticas; assim encontre esse povo virtuoso e bravo entre tantos povos ilustrados da terra essas generosas simpatias amplamente dispensadas a quantos o procederam nesse afanoso comprometimento, essas mesmas simpatias que outrora a braços com os seus tiranos da Europa invocaram o Brasil e seu Governo, esse Governo hoje a

revolucionário e o rompimento com o *status quo* monárquico, teriam ocorrido, segundo a concepção das lideranças farroupilhas, como a solução final e a única alternativa viável diante da situação reinante, constituindo-se aquela luta em uma verdadeira cruzada santa em nome da liberdade contra a tirania⁶.

Dentre os princípios liberais mais constantemente defendidos pelos farroupilhas destacou-se a liberdade de expressão, considerando-se fundamental o respeito à força da opinião pública, que estaria amplamente ao lado dos rebeldes, acusando-se os governistas de subverter a imprensa ao utilizá-la para denegrir o movimento⁷. As liberdades e garantias individuais,

seu turno opressor, sevo, inexorável e tirano a nosso respeito". Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes (29 de agosto de 1838). In: *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. p. 280.

⁶ Nesse sentido, afirmava-se: "Em defesa de suas leis tão indignamente ultrajadas, em defesa de sua dignidade e de seus direitos tão torpemente vilipendiados, levantam os patriotas rio-grandenses a terrível luva que seus opressores lhes lançavam, e tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas consequências e se arrojam aos combates". Manifesto do Presidente p. 288.

⁷ A respeito das atitudes dos legalistas, os líderes farrapos destacavam: "Tão desatinadas disposições foram logo feridas de reprovação pelos instinto comum; a voz pública as condenava e a eles só atribuía toda a extensão do mal que nos ameaçava de tão perto; a irresistível força da opinião pública, dessa rainha do universo, apontou para os nossos opressores

outros dos bastiões do liberalismo, também estiveram presentes no discurso dos revolucionários. Defendendo o “direito das gentes”, acusavam a tortura, as prisões sem julgamento, o injurioso tratamento dado aos prisioneiros, a suspensão das garantias, o poder discricionário dos representantes do governo, a transformação da prática da justiça em tribunais revolucionários, as prisões embasadas em denúncias falsas, o desterro de cidadãos honestos e a violência em geral, como práticas constantes do autoritarismo do Governo Imperial, apelando, por isso, ao recurso revolucionário⁸.

essas armas que eles preparavam contra nós. Mas ainda lhes restava um recurso, a imprensa. Eles a degradaram de sua nobre missão, transformando-a em veículo impuro dos injuriosos ditos, grosseiras inventivas e difamante império. Falam e já não há entre nós um só homem de bem que não seja sua vítima, já não existe reputação ilibada que se não veja cruelmente ferida; falam e é nada para eles a honra, o mérito e incorruptível probidade dos mais amplíssimos varões, dos mais beneméritos cidadãos que não querem subscrever ao cativo e aniquilamento de sua Pátria”. Manifesto do Presidente p. 286.

⁸ Sobre o desrespeito aos direitos individuais, declarava-se: “Vimos com ofensa das leis da humanidade restabelecida a tortura. Vimos com pasmo a infração do direito das gentes, detido e preso na cidade do Rio Grande um dos nossos parlamentares e rechaçado a tiros de fuzil outro que dirigimos às linhas da capital. Vimos a lei horrorosa da suspensão das garantias investindo o delegado do Governo Imperial e até o último de seus agentes do tremendo poder discricionário, e nossos tribunais convertidos em verdadeiros tribunais revolucionários. Vimos processos monstruosos, falsas denúncias, delações sistemáticas e caprichosas levando

Dessa maneira, para justificar suas ações, os líderes da Revolução Farroupilha adaptaram vários dos pressupostos estabelecidos por alguns dos pensadores liberais, moldando e plasmando ideias que estivessem a contento com a sua realidade. Nesse sentido, “de Locke, foi recolhido o princípio de legitimidade para o enfrentamento de um poder que ameaçava a propriedade e a soberania dos rio-grandenses”, nesse caso, a soberania aparece como a “capacidade de livre determinação e interiorização dos mecanismos de decisão na província, com o fim de orientar-se para a satisfação dos interesses locais”. Já “de Montesquieu, os farroupilhas recolheram a ideia da divisão de poderes, traduzida em termos ou interesses locais, na adoção de um governo constitucional e representativo”. E ainda, “a bagagem ideológico-cultural farroupilha comportava ideias de Rousseau no que dizia respeito à questão das liberdades ou direitos individuais do cidadão”. Nessa

centenares de cidadãos conspícuos aos mais remotos destertos. Vimos um governo atroz e desumano, mas que se jacta de legal e justo, compeler a golpes de espada ou a ponta de baioneta o pai, o filho, o irmão, o amigo a baterem-se e trucidarem-se e armar contra nós quantos malvados, assassinos, salteadores e criminosos retinham nossas cadeias e prisões provinciais. Vimos rotos os liames da sociabilidade, violadas todas as suas leis, entronizada a violência, coroados o delito, e a virtude nos ferros. Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação, e este recurso e este meio único era a nossa independência política e o sistema republicano; só assim podíamos adquirir a força, a compatibilidade e energia necessárias para debelar nossos algozes em tão lamentável catástrofe. Manifesto do Presidente p. 289.

perspectiva, “o governo liberal farroupilha almejado pelos rebeldes era aquele que, fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre a lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos”⁹.

Porém, não se deve confundir o liberalismo rio-grandense com democracia. O conceito utilizado para “povo” significava o cidadão-proprietário. Não pretendiam os rebeldes, portanto, transformar as instituições sociais, as relações de produção ou a estrutura da propriedade fundiária. Isso reflete uma prática liberal tipicamente adaptada à conjuntura brasileira, herança, de certo modo, da recente colonização, uma vez que “o liberalismo do começo do século XIX não trazia a democracia, nem em Portugal, nem no Brasil”, pois “conviveu com a escravidão e limitou as concessões liberais a certos grupos sociais”, onde “uns eram mais ‘iguais’ que outros, e por isso houve sempre discriminação política, reflexo da discriminação social”¹⁰. Essa característica vai ao encontro de uma “metabolização” das ideias de Rousseau, cujos conceitos democráticos, de uma forma mais ampla, não teriam espaço em uma sociedade “pastoril, autoritária, patriarcal e escravocrata” como a rio-grandense. No entanto, seria utilizada “a ideia de que o homem é bom no estado de natureza e de que a sociedade o corrompe”, justificando “o direito dos

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 60-3.

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução (a evolução política)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. v. 1. p. 32.

homens mudarem de instituições no caso dessas se mostrarem em desacordo com o princípio da liberdade individual”¹¹.

Assim, “os liberais usavam a divisa *liberdade, igualdade e humanidade*, sabendo que a igualdade individual é uma quimera porque as pessoas são diferentes; tanto é que não libertaram seus escravos, apenas os do inimigo”; desse modo, “a igualdade é apenas perante as leis, que deveriam ser de acordo com os costumes do povo, simplificando-se o código de leis”. Já “a liberdade seria alcançada com a garantia e respeito à propriedade” e a “humanidade, por conta da educação religiosa, obrigatória”¹². Dessa forma, “os farroupilhas buscaram o apoio do povo, mas não lhe deram o direito de escolher seus representantes porque não reconheciam nos homens comuns condições de selecionar seus representantes”, pois “só a classe ilustrada tinha a felicidade de eleger bons administradores, que advogariam os negócios dos habitantes do país”. Nesse quadro, os liberais gaúchos “defendiam a ideia de que o governo deveria pertencer a uma elite que escolheria os representantes do povo”, considerando esse como uma “massa bruta que não tinha condições de participar nem de eleições”¹³. De acordo com essa perspectiva, os líderes da Revolução Rio-Grandense de 1835-45 moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista, que serviu para legitimar suas posturas e para

¹¹ PESAVENTO, 1985. p. 27.

¹² FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 31-2.

¹³ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. p. 34 e 39.

atingir seus intentos naquele determinado momento histórico.

Nessa conjuntura de divulgação e doutrina desse ideário liberal próprio, os farroupilhas utilizaram-se em larga escala de imprensa, como instrumento de propagação, multiplicando-se o número de folhas através da Província, como no caso da cidade do Rio Grande. Um dos jornais mais antigos do Rio Grande do Sul, *O Noticiador* teve seu primeiro número editado a 3 de janeiro de 1832, sendo seu proprietário, editor e redator Francisco Xavier Ferreira, personagem de ativa participação na política gaúcha à época da independência brasileira e, posteriormente, durante a eclosão da Revolução Farroupilha¹⁴. *O Noticiador* autoproclamava-se como um “jornal político, literário e mercantil” e adotava como dístico a frase “*la liberté est la mère des vertus, de l’ordre et de la dureté d’un état; l’esclavage au contraire, ne produit que des vices de la lâcheté, et de la misère*”. No “Prospecto”, publicado no primeiro número, o periódico apresentava os seus objetivos, dentre os quais, o principal era defender os princípios do “7 de

¹⁴ Sobre Francisco Xavier Ferreira, ver: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986. p. 109.; FONTOURA, Edgar. Francisco Xavier Ferreira: resumo de um estudo. *Rio Grande*. Rio Grande; 27 jun. 1935. p. 17-8.; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. v.1. p. 287.; e ALVES, Francisco das Neves. Um “escritor público” na cidade do Rio Grande à época da Revolução Farroupilha. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 1996. p. 33-35.

Abril”, pois. segundo o jornal, os intentos da “Revolução de 7 de Abril”, em outras palavras, a abdicação de D. Pedro I, de eliminação dos governos “tirânicos”, não haviam sido atingidos:

Depois que a mais memorável e gloriosa das revoluções (...) nos libertou da odiosa tirania de um governo só interessado em atrasar o edifício de nossa nascente prosperidade, qualquer [um] poderia pensar que ia aproximar-se o ditoso momento de ver remediada ou pelo menos minorada parte dos males que, por mais de três séculos, pesavam sobre [o] povo (...); e que, debaixo de um governo eleito pelos escolhidos da Nação, iríamos saborear tranquilos as preciosas vantagens das nossas livres instituições. Desgraçadamente, porém, tão lisonjeiras esperanças foram logo frustradas no princípio da nova ordem de coisas; e o Brasil (...) não goza (...) daquele estado de perfeita tranquilidade, tão necessário para seu melhoramento e felicidade.

Ainda ao apresentar-se, de acordo com os princípios liberais, defendia o afastamento dos governantes de má administração, criticando os “homens que, sem algum outro mérito mais que uma ascendência momentânea, adquirida pelo brilho aparente de um zelo quimérico e pela ostentação de um falso patriotismo”, se reputavam “com o direito de tudo pretender, embora não possuíssem os recursos necessários para dirigirem as molas da pública administração, nem mesmo aquelas virtudes cívicas que devem fazer o ornato de todo o bom cidadão”. Defendia também o “direito à revolução” dos povos, contra aqueles governantes; argumentando que “os que se distinguiram pela importância do verdadeiro mérito”

não poderiam “deixar de sublevar-se e opor-se” àqueles. Afirmava ainda o redator da folha que era o “amor pela liberdade” que o levava “a detestar toda a espécie de tirania” e que somente havia tomado sobre seus “ombros a penosa tarefa de escritor público” devido ao “desejo de ver o país livre de todas as dissensões e rivalidades, que retardavam o andamento de sua prosperidade” e à obrigação de contribuir “para o melhoramento e ventura da sociedade”.

Segundo *O Noticiador*, o “escritor público” exercia uma importante função social, considerando os jornais como “o veículo mais pronto para se derramarem as luzes e propagar-se a instrução” (18 jul. 1833). Ao completar seu primeiro semestre, a redação do periódico reafirmava essa função:

Quando à custa de alguns sacrifícios e despesas, mandamos vir a nossa imprensa, só tivemos em vista espalhar a instrução que, sem liberdade de escrever, é sempre escassa; e quando tomamos sobre nós a redação desta folha, consultamos antecipadamente o nosso préstimo e, apesar de o julgarmos pequeno, para o ministério de escritor público e insuficiente para influir na opinião geral, contudo, nós confiamos na pureza de nossas intenções e na benignidade dos nossos leitores e julgamos que a moderação e decência da nossa linguagem, da qual fazemos alarde, nos serviria de escusa e desculparia nossa audácia. (26 jun.1832)

Os preceitos liberais apresentados no “Prospecto” realmente regeriam as posturas políticas do jornal ao longo de suas edições. Um dos objetos mais abordados pelo periódico era a liberdade, enaltecida como princípio fundamental à existência de uma sociedade. Assim, a

liberdade era considerada como uma herança a ser transmitida entre as gerações e apontada como “inalienável”, sendo que “uma vez conquistada seria imperdível”; confirmava a necessidade de “conservação dessa liberdade”, por ser “mais preciosa cem vezes que a fama, mais estimável que a fortuna e de mais valia que a frágil existência” (1º abr. 1833); ou ainda, afirmava que a liberdade era “para o corpo social o mesmo que a saúde para cada indivíduo, se o homem perdesse a saúde, não gozava mais de algum prazer do mundo, e se a sociedade perdesse a liberdade, desfalecia e nunca mais encontrava a verdadeira felicidade” (24 jul. 1834).

Demonstrando uma visão mais global e não só restrita à situação nacional, *O Noticiador* criticava as forças conservadoras e restauradoras que pretendiam eliminar o avanço revolucionário-progressista, que tomava corpo, àquela época, em nível internacional, como nessas duas manifestações:

- Porém os absolutistas disfarçados, os retrógrados recolonizadores, a lisonjeira aristocracia (...) clamam que o mundo está na sua última crise, que tudo perecerá se não se procurar um meio de deter o espírito da revolta e afogar a excessiva mania de liberdade, que tem exaltado os povos de ambos os hemisférios. Ora, à vista de tão absurda e injuriosa proposição, que devemos fazer? Rir desses miseráveis, que julgam que (...) pode deter-se e paralisar-se (...) os interesses e a liberdade do gênero humano, que estando em marcha, não pode e nem deve retrogradar. (1º abr. 1833)

- Em vão os tiranos se ligam contra os povos, estes se libertam e o que primeiro o conseguir, desempenhará a augusta missão de libertador da Terra. Nós não queremos a igualdade somente para nossos cidadãos; o

gênero humano forma uma só família: os homens, em qualquer clima que habitem, são irmãos. Liberdade para todos! Emancipação para ambos os mundos! (18 jun. 1834)

Na mesma linha, o jornal atacava o absolutismo através das constantes críticas aos “tiranos”, com afirmações como: “a força dos tiranos existe na paciência e aviltamento dos povos”; “quando os tiranos conseguem os seus fins, sacrificam a todos os que facilitaram os seus sucessos”; e “os abusos da força estão gravados com caracteres de sangue nas páginas da história” (11 jul. 1833).; ou ainda em outra, que dizia: “a nação que cede a um homem o poder absoluto, dá-lhe o direito de ousar tudo e impõe a si própria a necessidade de tudo sofrer” (6 nov. 1834). Nesse quadro de oposição liberdade X tirania, o “7 de Abril” era sempre comemorado como data máxima do recente país e considerado como vitória da primeira¹⁵.

¹⁵ Em *O Noticiador* eram sempre divulgados e promovidos os festejos daquela data, com matérias e versos sobre a mesma, como este “mote ditoso”, publicado em 22 abr. 1833: “Salve dia, imortal dia/ Da nossa regeneração/ Salve glória da nação/ Assombro da tirania/ Sim oh! dia de ufania/ Honra e glória do Brasil/ Salve dia tão gentil/ Dia do prazer imenso/ Salve dia tão intenso/ Ditoso Sete de Abril/ Neste dia de heroísmo/ No dia Sete de Abril/ Cedeu o bando servil/ Baqueou o despotismo/ Venceu o patriotismo/ Os laços da hipocrisia/ Sucumbiu a sorte ímpia/ Desses vis restauradores/ Neste dia de mil flores/ Pereceu a tirania”. Segundo Arnaldo Contier, “a abdicação de D. Pedro I (...) representou, para a maioria dos redatores e políticos profissionais desse momento histórico, uma autêntica

Ainda de acordo com os princípios liberais, O *Noticiador* arvorava-se em defensor público, propondo-se a “vigiar os abusos e injustiças de qualquer autoridade” e a “advogar os interesses públicos” (27 jan. 1832); defendia também que “as reformas políticas não se estabeleciam sem agitações” e que “quando a maioria da nação” reclamava por reformas, “os mandatários do povo estavam autorizados e deviam satisfazer a vontade nacional” (13 ago. 1832). Ficava, porém, evidenciada a visão liberal que o jornal possuía a respeito do termo “povo”, como a elite “escolhida” que representaria a nação; assim, definia monarquia representativa como “o governo do rei e da maioria”, mas “não da maioria numérica de um grande povo, espalhado sobre um vasto território”, e sim, “a maioria das Assembleias, nas quais residia o direito de tomar as deliberações que concorriam a exprimir o voto nacional” (20 maio 1833). Às vésperas do início da Revolução de 1835, a folha destacava que o grupo dos liberais se compunha “dos homens que nos tempos em que era delito pensar livremente e suspirar pelas liberdades públicas, souberam sustentar com arrogância e valor os direitos do povo”; “dos verdadeiros amigos e sustentadores do 7 de Abril”; “da maioria da Província”; e “da parte homogênea dos brasileiros natos, únicos

‘revolução’, possibilitando a tomada do poder pela facção política moderada e, concomitantemente, propiciou-se uma relativa liberdade de imprensa, proliferando os periódicos (...) que refletiam as mais diversas opiniões ou atitudes políticas”. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: UNICAMP, 1979. p. 13.

verdadeiramente interessados no adiantamento e prosperidade do solo brasileiro" (20 ago. 1835).

A participação dos redatores de *O Noticiador* na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional levava a uma constante cobertura das atitudes e pronunciamentos dessa sociedade tanto no Rio Grande, como em outras localidades da zona sul da Província (principalmente São Francisco de Paula) e no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o jornal dedicou-se profundamente a combater os restauradores, elegendo-os como os maiores "inimigos" do país, chamando-os de "caramurus pedristas", os "amigos das coisas velhas" (19 jun. 1832); ou ainda de "califa caramuruana", que pretendia "a volta de seu novo D. Sebastião"; e afirmava que os brasileiros preferiam "mil mortes a ver restaurado o império do déspota sobre as ruínas da liberdade" (1º abr. 1833). A alusão ao sebastianismo português, onde D. Pedro I seria o "novo D. Sebastião", também se fazia sentir na denominação de "seita marroquina-caramuruana-restauradora" (21 jan. 1834), imputada aos restauradores. Desse modo, o jornal rio-grandino fez campanha aberta contra a possibilidade daquele grupo estabelecer uma "Sociedade Militar" no Rio Grande do Sul, anunciando a necessidade de manter a vigilância diante de um "inimigo manhoso", cujas intenções só não seriam entendidas por aqueles que "de alguma maneira pertencessem ao mesmo bando daqueles miseráveis" (24 jan. 1833); bem como alertava que a restauração "já batia à porta" e os "malvados" já tinham "alistado as vítimas, enumerado os proscritos e decidido da sorte dos infelizes liberais" (12 mar. 1834). Assim, em nome da defesa pública, conclamava a

população a reagir contra o fortalecimento daquele grupo:

Rio-grandenses! Não durmamos com o melodioso canto daqueles, que, quais morcegos, abanam as asas, para melhor nos poder tirar a substância que nos resta: não consintamos que se instale na nossa Província a Sociedade Militar, que de Militar não tem senão o nome. (28 dez. 1833)

Rio-grandenses! (...) cumprindo o nosso dever como escritor público, noticiando-vos a chegada de pessoas que a opinião geral do Brasil aponta como nossos inimigos e das nossas instituições liberais (...). A vós cabe redobrar a vossa vigilância e estar continuamente alerta sobre esta visita. (21 jan. 1834)

Nesse quadro, D. Pedro I, considerado como “príncipe estourado, imoral e inepto” (13 set. 1832), tornou-se alvo de ferrenhas críticas por parte de *O Noticiador*:

Este príncipe que talvez fosse fadado pela natureza para grandes coisas, recebeu a pior educação possível e bebeu, com o primeiro leite, todas as lições de despotismo, de corrupção de sensualidade. Os seus primeiros anos foram passados no ócio e em prazeres brutais que o tornavam habitualmente incapaz de dar um momento de atenção ao mais sério negócio do Estado. A sua vida é um tecido de extravagâncias, de versatilidades e de desatinos. Para empolgar o Trono do Brasil (...) ele se fingiu o príncipe mais dadivoso, mais liberal e filósofo de quantos nos oferece a história; [enganou] facilmente a crédula sinceridade dos brasileiros, soube fazer-se nosso ídolo, até que largando pouco a pouco a pele de ovelha de que se enfeitara,

mostrou-se qual era um tigre sanhudo e sequioso de reduzir o Brasil ao seu jugo extravagante e dos seus lusitanos. (22 dez. 1834)

De acordo com essa forma de pensamento e tendo em vista as cisões políticas que fermentavam a revolução no Rio Grande do Sul, *O Noticiador* defendeu abertamente os farroupilhas, rebatendo acusações de outros periódicos sobre o envolvimento de lideranças da futura revolução com movimentos rebeldes no Uruguai (8 nov. 1832), e demonstrando grande admiração pelo Coronel Bento Gonçalves, considerado como militar portador de “dignidade e respeito”, além de “sagacidade política”, sendo um “cidadão que soube cooptar a atenção, benevolência e estima geral” (4 jan. 1834). Com a deflagração da revolta, em setembro de 1835, a aproximação da folha rio-grandina com os rebeldes fica ainda mais evidente, referindo-se ao “digno lugar na história” que deveria ser reservado à “feliz revolução provincial de vinte de setembro” (3 nov. 1835); ou ainda, aos “acontecimentos extraordinários e memoráveis” que marcaram a “gloriosa revolução de vinte de setembro”, ocorrida em um “dia salvador”, no qual “tantos e tão denodados cidadãos liberais continentistas de diferentes lugares, deram começo a salvar a pátria do governo opressivo e antinacional” (6 nov. 1835). O jornal passava, a partir de então, a publicar constantemente as proclamações, correspondências oficiais e mensagens militares dos revolucionários.

Em número extra (Extraordinário Nº 3) de outubro de 1835, *O Noticiador* publicou a “Fala” que Francisco Xavier Ferreira, então deputado provincial, proferiu à entrada de Bento Gonçalves da Silva na

cidade do Rio Grande, saudando esse líder, em nome dos “patriotas da cidade”, dos “rio-grandenses livres” e do “fraco órgão” de sua propriedade e acusando as atitudes das forças legalistas, quando sediadas no Rio Grande:

O intruso depois que vergonhosamente fugiu da capital, veio com a sua clientela acoitar-se nesta cidade, aonde, encontrando alguns do seu infame partido (...) pode, com outros tais da cidade de Pelotas, fazer-se forte por alguns dias, cometendo as mais graves arbitrariedades, injustiças e dissipações, quais as que costumam praticar desumanos conquistadores em tais circunstâncias.

O conteúdo do Extraordinário Nº 3 demarcou claramente a postura pró-farroupilha de *O Noticiador*, através de seu proprietário e redator Xavier Ferreira, que conclamou Bento Gonçalves a tomar a cidade, tendo em vista o iminente perigo do fortalecimento dos legalistas, chegando a oferecer todo o auxílio a seu alcance para a efetivação desse objetivo:

Cidadão Comandante, e briosos defensores da liberdade! Entrai! Apressai-vos a concluir a vossa obra. O tirano e seus sequazes emigrados ainda nos ameaçam, ainda estão perto de nós; é preciso arremessá-los para longe (...).

Contai, compatriotas, com a nossa fraca cooperação e com os nossos pequenos recursos, na certeza que esta oferta voluntária nasce de corações generosos.

Cidadão Comandante! Compatriotas e amigos! Aceitai as felicitações que vos dirigem pela minha débil voz os rio-grandenses livres, que cordialmente reconhecem e são gratos às vossas fadigas, a tantos sacrifícios!

A publicação de *O Noticiador* foi interrompida por diversas vezes, tendo em vista os deslocamentos de Francisco Xavier Ferreira à Porto Alegre, para assumir suas funções parlamentares, ou ainda, devido à presença do governo legalista na cidade do Rio Grande. A extinção do jornal ocorreu em fevereiro de 1836, com o aprisionamento de seu proprietário, devido a seus vínculos políticos, e o seu falecimento no cárcere. Ao longo dos quatro anos nos quais circulou, a folha rio-grandina deu voz e vez aos princípios liberais emanados das lideranças farroupilhas, servindo a contento à construção de um discurso em defesa das formas de agir e do pensamento dos rebeldes, bem como movendo forte oposição aos adversários políticos dos revolucionários. Constituindo um dos mais significativos periódicos que compuseram aquela fase de gênese da imprensa gaúcha, caracterizada essencialmente por uma relação menos ou mais direta com o processo revolucionário, *O Noticiador* serviu à propagação do confronto discursivo típico do momento, pelo qual os jornais serviam para legitimar as ações dos aliados e, ao mesmo tempo, deslegitimar, diante da opinião pública, os atos dos adversários. Através de uma linha editorial doutrinária e, muitas vezes, de conclamação/exortação pública, o jornal buscou divulgar/instruir seus leitores a respeito daquele momento de crise política e revolucionária que redundaria na ruptura institucional, construindo um

REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE DE 1835-1845: ESTUDOS
HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS

discurso que apresentava a realidade de então sob o prisma liberal dos revolucionários sul-rio-grandenses¹⁶.

¹⁶ Publicado originalmente nos *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

Revolução Farroupilha e discurso historiográfico

A partir da década de vinte, afirmando-se no decênio seguinte, desenvolveu-se uma formação discursiva¹⁷ no campo historiográfico que seria marcante para o conjunto da produção intelectual de cunho histórico no Rio Grande do Sul. Essa historiografia refletia as transformações que passavam a caracterizar o cenário nacional, com a mudança de alguns dos

¹⁷ Segue-se neste estudo a noção de formação discursiva expressa por Michel Foucault, quer seja, em cada caso se pode descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, é possível definir-se uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações) do discurso. À formação discursiva são pertinentes a forma pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; o modo pelo qual o campo da memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; e a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados; consistindo-se, enfim, num feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

protagonistas, mormente a partir da Revolução de 1930. O fato do Rio Grande do Sul passar, progressivamente, a ocupar uma posição de destaque na vida política brasileira levou uma significativa parte da intelectualidade rio-grandense a moldar certos paradigmas que servissem à identificação da unidade mais meridional do país com o todo nacional. Nesse sentido, tornando o gaúcho universal e unificando-o em uma só identidade, que refletisse tanto o interesse como as necessidades das elites, os demais membros do corpo social sul-rio-grandense passaram a considerar também como seus tais interesses e necessidades e o Rio Grande do Sul iniciava sua marcha em direção à liderança nacional¹⁸.

¹⁸ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 36. São várias as denominações atribuídas a esta formação discursiva historiográfica, muitas vezes definida sob o generalizador rótulo de “positivista”, no entanto, apesar da forte influência, nem sempre foi o positivismo o arcabouço teórico utilizado por aquela intelectualidade. Desse modo, segundo Ieda Gutfreind, a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de então é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões História e historiografia tradicional (GUTFREIND. p. 24-25). Tendo em vista os apoios institucionais recebidos por esta construção discursiva, mormente em termos governamentais e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição então predominante no campo da edificação do “saber histórico” no contexto regional, neste trabalho optou-se pela denominação de discurso historiográfico oficial.

Em torno dessa historiografia se estruturaria verdadeira rede discursiva, a partir de um processo de constante reprodução, principalmente no meio intelectual, mas também no campo do senso comum. Além disso, os representativos respaldos institucionais de parte dos novos detentores do poder levou à construção de axiomas que passaram a ser encarados como verdades absolutas e, portanto, inquestionáveis, criando-se um caráter de univocidade tão marcante que essas edificações passam a aglutinar em torno de si uma conotação de discurso historiográfico oficial. Dessa forma, os intelectuais vinculados a esse bloco histórico constituíram um grupo social que teorizava, tornava coerente e difundia as ideias e os valores da elite governante junto ao conjunto da população. Assim, esses autores foram eficazes na elaboração de um discurso que difundisse os valores fundamentais destinados a perpetuar a situação preeminente da classe dirigente, constituindo uma historiografia oficial, ou seja, aquela que foi oficialmente aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu passado e que deveria ser difundida¹⁹.

Um dos pressupostos fundamentais desse discurso historiográfico foi a construção de uma identidade estritamente nacional para o Rio Grande do Sul, ou seja, buscando desmentir uma certa tradição que aglutinava em torno da (o) capitania/ província/estado um caráter excludente e até separatista em relação ao conjunto do país, intentava-se edificar uma imagem de

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). RS: *cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 62, 66 e 67.

um Rio Grande essencialmente ligado à formação lusitana e brasileira, negando-se influências externas – principalmente as platinas – e alocando essa sociedade meridional no seio da comunhão brasileira²⁰. Nesse quadro, ocorreria um descomunal esforço em torno de negar o caráter separatista da Revolução Farroupilha e, ao contrário, enaltecer o brasileirismo do movimento, a partir da premissa que o Rio Grande do Sul lutara, acima de tudo para “continuar brasileiro”. Além disso, tal historiografia foi a responsável pela transformação da guerra civil de 1835-1845 em verdadeiro mito, modelando-a como o mais importante momento da história rio-grandense, uma das marcas registradas do que chamavam de “alma gaúcha” e, portanto, a “grande epopeia” que brindara o Brasil com uma “plêiade” de “lendários heróis”.

De acordo com essa perspectiva, esse discurso historiográfico se incumbiria de resgatar para as elites o seu passado, o qual a deveria nobilitar, exaltar suas virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Ao retratar a Revolução Farroupilha essa historiografia traduzia e recriava vários dos “mitos fundadores” da formação sul-rio-grandense. Um deles estava ligado à “democracia gaúcha”, ou seja, o impreciso pressuposto pelo qual, diante das adversidades, as diferenças sociais não eram levadas em conta no Rio Grande do Sul. Tal visão historiográfica generalizava a ideia de heroísmo, altivez e honradez para o homem rio-grandense em geral, sem distinção que pudesse separar senhores de terra e gado e seus peões. No entanto, se eram cantadas

²⁰ Sobre esta visão historiográfica, ver GUTFREIND. p. 37-113.

em prosa e verso as virtudes do gaúcho, homem do campo em geral, quando se apontava um exemplo vivo de toda essa glória, ele pertencia aos elementos ligados à oligarquia rural²¹.

O caráter essencialmente brasileiro do sul-rio-grandense se fez presente de modo inexorável junto desse discurso historiográfico, ou seja, constituiu-se num complemento indispensável dessa visão glorificadora do gaúcho, apresentando-o como dotado de um forte sentimento de nacionalidade. Além disso, ao descrever-se a guerra civil, o rio-grandense aparecia como o “paladino do liberalismo”, o “defensor das fronteiras” e o “artífice da nacionalidade”, tudo isso se expressando heroicamente numa resistência de dez anos ao Império e na defesa permanente contra o espanhol. Dessa forma, esse gaúcho só teria motivos de orgulhar-se do seu passado, o qual dignificava o seu presente. Essa versão acabaria por perpassar as décadas, e suas influências ainda podem ser sentidas em tempos recentes, pois, mesmo que se esteja difundindo valores que pertenceram a outra época, na qual encontravam sua organicidade, essa defasagem é anulada em função da absorção pelo sistema que se rearticula e que precisa, pela volta ao passado, difundir velhos mitos, reafirmar cultos de heróis, encontrar antigas raízes que atestem longevidade, tradição e, fundamentalmente, aceitação²².

Essa historiografia, fruto de seu meio histórico, foi estabelecida a partir de uma série de estratégias discursivas, com destaque para o constante enaltecimento de certos fatos e indivíduos e um

²¹ PESAVENTO. p. 67 e 69.

²² PESAVENTO. p. 67, 69, 70 e 87-88.

verdadeiro silenciamento quanto a outros. Assim, mais do que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, os escritos desses intelectuais, quando eles insistiam no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino, caracterizavam-se por uma tentativa de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. Nesse quadro, um dos temas centrais dessa intelectualidade foi o da formação de uma nacionalidade e da integração nacional, abordagens coadunadas com o processo histórico da Revolução de 1930, que trouxe uma tendência crescente de centralização econômica e política, a qual culminaria com a ditadura estadonovista, e acentuou a ideia de unidade nacional, atribuindo-se ao Estado essa tarefa. De acordo com essa linha de pensamento, era preciso não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso fosse necessário “maquilar” a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados “bárbaros”, os quais deveriam ser “exportados” para o outro lado da fronteira: o Prata²³.

Apesar da crítica que a historiografia contemporânea viria a se promover em relação a esse discurso estabelecido a partir dos anos vinte, não é possível simplesmente descartá-lo e sim analisá-lo em profundidade, buscando seus condicionantes intra e

²³ OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9. v. 3. São Paulo: Vértice/ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989. p. 9-10.

extra-discursivos, sem esquecer a quantidade de informações e documentações que aqueles intelectuais colocaram à disposição dos demais pesquisadores. Nessa conjuntura, aqueles historiadores buscaram utilizar-se da história como uma narração linear de fatos pré-selecionados e como uma lição moral e cívica, através da qual os “grandes homens” – as individualidades que moviam a história – deixariam seus ensinamentos à posteridade.

Prevalecia a história episódica, sem preocupações com a história-processo, pois o que os estudiosos buscavam reforçar pelo ensinamento histórico era o relato de um passado que confirmasse e valorizasse uma situação presente. Dessa maneira, a historiografia oficial não realizava a análise do processo subjacente ao simples arrolamento dos fatos, escapando-lhe à interpretação o contexto socioeconômico no qual se moviam os atores, os quais não apareciam como elementos pertencentes a um grupo social, mas como indivíduos, em outras palavras, a história aparecia como uma sequência ordenada de episódios explicáveis através da ação de indivíduos predestinados²⁴. O estudo de certos escritos de alguns dos representantes dessa intelectualidade, como Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa, Walter Spalding e Fernando Luiz Osório²⁵

²⁴ PESAVENTO. p. 82-83.

²⁵ Em sua publicação de 1992, a respeito de seus critérios, Ieda Gutfreind ressalta que a seleção dos historiadores estudados foi feita a partir do papel que desempenharam na formação da tese de o Rio Grande do Sul ser luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos. Muitos outros autores participaram e participam desta visão historiográfica; destacar

pode permitir uma melhor compreensão dos fundamentos do discurso historiográfico então entabulado.

Aurélio Porto foi um dos precursores desse discurso historiográfico que glorificou a Revolução Farroupilha como um evento que consubstanciou um Rio Grande do Sul essencialmente brasileiro. O escritor gaúcho Afonso Aurélio Porto (1879-1945) nasceu em Cachoeira do Sul e era funcionário público federal, sendo, ainda, ao longo de sua vida, diretor e redator de diversos jornais; co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do Instituto Rio-Grandense de Estudos Genealógicos e da Academia Nacional de História; diretor do Arquivo Histórico do Estado. Ocupou várias funções no Itamarati, atuando também como romancista, poeta, historiador, genealogista,

a todos seria um trabalho ambicioso em demasia e incomensurável. O comportamento intelectual e a representatividade historiográfica tornam os autores selecionados símbolos de seus companheiros na construção da História do Rio Grande do Sul. Aurélio Porto é posto como o lançador dessa tendência historiográfica que se intensifica a partir dos anos vinte, Souza Docca dá continuidade e desloca o discurso, tornando-o mais convincente e Othello Rosa expande e aprofunda a matriz lusitana (GUTFREIND. p. 37). Concordando-se com essas premissas expressas pela autora, além desses escritores por ela citados, serão abordados os trabalhos de Walter Spalding e Fernando Luiz Osório, com ênfase aos estudos perpetrados pelos cinco estudiosos ao longo dos anos trinta. Dessa maneira, por meio dos mesmos pode ser obtida uma representativa amostragem do discurso historiográfico estudado neste ensaio.

teatrólogo, ensaísta e jornalista. Nesse sentido, Aurélio Porto representava a contento a figura do intelectual de sua época, deixando uma grande quantidade de estudos, escritos mormente acerca da história gaúcha²⁶.

As atividades de Aurélio Porto no campo da história representaram o lançamento do processo de construção do discurso histórico que criava uma identidade lusitana para o Rio Grande do Sul e insistia na existência de sentimentos brasileiros no estado. Ainda

²⁶ Dados biográficos obtidos a partir de: LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1979. p. 74-6.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ IEL, 1978. p. 447-448.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas bibliográficas sul-rio-grandenses: autores*. Porto Alegre: "A Nação"/ IEL, 1974. p. 388-391. Dentre as obras publicadas por Aurélio Porto sobre o contexto regional pode-se citar: *Município de Cachoeira* (1910), *Município de Garibaldi: projeto de reforma* (1916), *A conquista das Missões* (1921), *A epopeia dos farrapos* (1922), *Real Feitoria do Linho Cânhamo* (1922), *O último farrapo* (1923), *Cachoeira, o território* (1926), *O Regimento de Dragões do Rio Pardo* (1926), *Os Dragões de Rio Pardo* (1928), *Fronteira do Rio Pardo: um capítulo da história territorial do Rio Grande do Sul* (1929), *Os Flores da Cunha* (1930), *Pinto Bandeira* (1930), *O 20 de Setembro* (1932), *Notas ao processo dos farrapos* (1933-36), *O colono alemão* (1934), *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* (1934), *Farroupilha* (1935), *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul* (1936-37), *Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul* (1936), *Documentos do Itamarati sobre a Revolução de 1835* (1937), *Terra Farroupilha - org.* (1937), *Bandeiras paulistas no Rio Grande do Sul* (1937), *Fundação da imprensa no Rio Grande do Sul* (1937), *Farrapiada* (1938), *Os Correia da Câmara* (1939), *Getúlio Vargas à luz da genealogia* (1943) e *História das Missões Orientais e seus antigos domínios* (1943).

que em seus primeiros escritos tivesse aceito alguns elementos de vínculo com o contexto platino, o que permite identificar seu discurso como de transição e lançamento, a maturidade intelectual de Porto seria marcada pela propagação da ideia da matriz luso-brasileira. Pertencente ao contexto do castilhismo-borgismo, Aurélio Porto permaneceria atrelado aos grupos governativos no pós-30, de modo que sua proximidade e participação na política republicana do estado, seu interesse cada vez maior pela história, sua produção historiográfica, aliados ao fato de ser funcionário público, foram elementos que lhe granjearam votos para a escolha, pelo governo, para colaborar nas pesquisas no Arquivo Nacional, com destaque aos tópicos estudados sobre a Revolução de 1835-1845²⁷.

Assim, principalmente a partir da década de trinta, prevaleceu no discurso de Aurélio Porto a preocupação com a brasilidade gaúcha, exemplificada com a interpretação dada à Revolução Farroupilha, avaliando que, após dez anos de luta, a guerra terminara porque a Província colocara acima de tudo os interesses da pátria. Sócio-fundador do IHGRS, primeiro oficial do Museu e Arquivo Histórico do Estado, com funções no Arquivo Nacional, Porto seria enquadrado como um “modelo” de seu tempo da autoridade intelectual ligada às lides da história, de modo que a organização de levantamentos documentais com seus comentários, caso das *Notas do processo dos farrapos* e da edição da obra *Terra Farroupilha* bem representavam esta autoridade. Foi a atuação do escritor em relação a esse tema histórico

²⁷ GUTFREIND. p. 37 e 40.

que lhe conferiu a identificação de lançador da história do Rio Grande do Sul, que passou a ser reescrita seguindo modelo reatualizado. Nessa linha, acima de tudo, na historiografia de Aurélio Porto ocorreu a regeneração do Rio Grande do Sul e da Revolução Farroupilha, bem como novos liames passaram a amarrar o estado sulino ao restante do Brasil²⁸.

Ainda nos anos vinte, Aurélio Porto lançaria um livreto denominado *A epopeia dos farrapos*, editado em 1922²⁹ e composto de um “poemeto” homônimo e de notas genealógicas sobre “Os Carvalhos”, demonstrando já uma das especialidades do autor – o campo da genealogia, marcante em muitos de seus trabalhos. A publicação consistia uma homenagem à efeméride do 20 de Setembro daquele ano, bem como um preito aos ascendentes do escritor – os Carvalhos. Desse modo, Porto utilizava seus versos para homenagear a “Terra Farroupilha”, chamando atenção para o telúrico ambiente no qual se teriam desenrolado as “façanhas” inerentes aquele “heroico decênio”.

E numa evocação, numa saudade, o *pago*
distante assoma, o amor, a carícia, esse afago
sutil que lá ficou entre braços abertos,
em vão a se estender pelos fogões desertos
para estreitar heróis que não voltam, enquanto

²⁸ GUTFREIND. p. 39, 40, 41, 42, 52 e 53.

²⁹ PORTO, Aurélio. *A epopeia dos farrapos*. Montenegro: Tipografia da Livraria Montenegrina, 1922. Esse trabalho constitui o único abordado nesse ensaio que não foi elaborado nos anos trinta, tendo em vista sua relevância no conjunto da obra de Aurélio Porto e seu papel na gênese do discurso historiográfico em estudo.

não tremular, no céu do Continente, o santo
pavilhão tricolor, o simbólico emblema,
no Rio Grande do Sul, da bravura suprema.
E de tudo se eleva a voz sonora e estranha
que inunda a terra toda, a cidade, a campanha,
conclamando à guerrilha os últimos *farrapos*,
lança em punho, alma heroica, o velho poncho, em
trapos aos ventos a flutuar, como bandeira³⁰.

O “passado guerreiro”, em outras palavras, o
militarismo da formação histórica sul-rio-grandense,
também era lembrado pelo autor, destacando o papel
dos gaúchos nos enfrentamentos contra os inimigos do
país e na empreitada de uma luta contra a tirania, em
nome da liberdade.

E nos campos sem fim, de verdes tons cambiantes,
cenário triunfal de façanhudos feitos,
quantas vezes, surgindo, essa raça de eleitos
opôs o seu valor à sanha dos tiranos?
Fronteiras, palmo a palmo, outrora, aos castelhanos
audazes, estacar fizeram à muralha
de seus peitos, erguida em mais de uma batalha.
(...)

Quase dez anos já de louca heroicidade,
num constante lutar em prol da liberdade,
o pendão tricolor, arvorado nas lanças
dos gaúchos, tremula, alimenta esperanças
que não morrem, enquanto, um braço erguido, a espada
possa sustentar ainda e, em veloz disparada,
fazendo rebrilhar a prata dos *aperos*,
como um raio cair no horror dos *entreveros*³¹.

³⁰ PORTO. 1922. p. 6.

³¹ PORTO. 1922. p. 7-8.

Porto realizava intenso enaltecimento à “gente assinalada” que fizera de 1835 a “gloriosa cruzada”, exaltando o valor das hostes triunfantes da “farroupilha grei”³². Conceitos como a “alma” e a “raça” dos gaúchos, marcas registradas desse discurso historiográfico, já se faziam presentes no poemeto do escritor.

E sente que no ar, que nas coxilhas passa,
num clarão de apoteose, a alma de uma raça,
temperada na luta. A raça nobre e altiva
dos gaúchos de antanho, a raça rediviva
que as fronteiras da Pátria alongou com a ponta
da lança vencedora, ainda vive, desponta
no garrido valor da mocidade ardente,
que na alma varonil palpitar ainda sente
a mesma aspiração de liberdade³³.

A “galharda valentia” do “invencível” gaúcho também tinha espaço garantido nos versos de Porto, segundo o qual os farroupilhas não conheciam o medo, nem conjugavam o verbo desistir.

Não lhes atemoriza o coração valente
o número e o valor dos guerreiros contrários.
E num rápido instante, então, extraordinários,
consultam entre si se é melhor retirar
ou combater. Que importa o número? É lutar
e vencer ou morrer. A loucura divina
corusca-lhes no olhar. A bravura domina
os fortes corações. Fugir não! Já é tarde.
Um farrapo jamais fugiu como um covarde!
Essa espada que traz e altivamente arranca,

³² PORTO. 1922. p. 8.

³³ PORTO. 1922. p. 9.

deve ser branca sempre, eternamente branca;
um salpico de medo, a nódoa do pavor,
jamais maculará o seu rútilo valor.
E se um dia tombar será com tanta glória
que ficará, então, rebrilhando na História
como um gládio de luz, constelado de estrelas.
E vibra pelo ar, pelas coxilhas, pelas
canhadas e sangões, o grito heroico e forte
do farroupilha audaz desafiando a morte³⁴.

O elemento constitutivo fundamental do discurso historiográfico oficial que se gestava – a brasilidade dos sul-rio-grandenses contida na Revolução Farroupilha – já desempenhava importante papel naquele poema que enveredava por esta seara discursiva que se tornaria moeda corrente na década seguinte. Mais do que tudo, era fundamental destacar e comprovar a identidade e o caráter não-separatista da guerra civil para com o conjunto da sociedade brasileira, bem como a abnegação e o altruísmo dos sul-rio-grandenses na defesa da pátria.

(...) Assim a nossa gente
era e será, talvez, ainda um dia, quando
pelos *pagos* azuis da Pátria, alto, vibrando,
um clarim nos chamar, que o povo rio-grandense
muito mais que ao Rio Grande à sua Pátria pertence.
(...)
A noite então descera. Ao clarão do luar,
como um alto relevo em bronze, os farroupilhas,
no largo pedestal do topo das coxilhas,
assumem proporções de centauros gigantes.
E assim entram na História, eretos, triunfantes,
projetando até nós essa luz que se expande

³⁴ PORTO. 1922. p. 10.

REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE DE 1835-1845: ESTUDOS
HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS

como um glorioso sol, pelo nosso Rio Grande,
alerta sentinela, ativa e sobranceira,
postada nos confins da Pátria Brasileira,
para velar por ela ou por ela morrer
se não puder, um dia, ao inimigo vencer³⁵.

A exaltação à heroicidade dos rebeldes de 1835 e seu espírito de brasileirismo também se fizeram presentes na segunda parte da *A epopeia dos farrapos*, dedicada à genealogia. Nesse segmento, Porto explicava que aqueles eram “tempos heroicos” do Rio Grande, apontando para as “gerações sucessivas de guerreiros” que, através de um século, realizaram “feitos de tal heroicidade” que bastaria referi-los para escrever uma das páginas mais belas da “Terra Gaúcha”, o “antemural da pátria”. Ao traçar seu estudo genealógico, Aurélio Porto ressaltou a ação de vários personagens ligados à Revolução Farroupilha e, fazendo referência ao último deles, chamava atenção para a “façanha do moço farrapo”, qualificando-a como um gesto de “hereditariedade heroica”, já que ele repetia, combatendo pela liberdade da “Terra Gaúcha”, os “feitos memoráveis” de seus ascendentes, integradores da mesma terra. Nessa linha, prosseguia o autor, declarando que todas as gerações – de que o indivíduo retratado era o último expoente – terçaram armas, “valorosamente”, para a conquista do torrão natal, de modo que, integralizada a pátria, teria lhe cabido glorificá-la ainda mais com a “aspiração de liberdade”

³⁵ PORTO. 1922. p. 11 e 13.

que ensanguentou por um largo decênio as verdes coxilhas do pampa³⁶.

Dez anos após o lançamento daquele poemeto, quando trabalhava na edificação de seu *Processo dos farrapos* e no ambiente que marcava os preparativos para as comemorações do centenário farroupilha, Aurélio Porto fez uma conferência na Rádio Sociedade Gaúcha, cujo texto correspondente seria publicado na Revista do IHGRGS sob o título *O 20 de Setembro*³⁷. Na abertura de sua fala, o autor já demonstrava sua visão a respeito da história como uma lição deixada pelos antepassados, afirmando que a história do Rio Grande era um manancial inesgotável de exemplos de “amor à terra”, de “virtudes cívicas”, de “abnegação” e de “heroísmo”, culminando na mais “perfeita das exemplificações”, traduzida por um “anseio invulgar pela liberdade”, construtora de todas as “ideologias” brasileiras. Além disso, o escritor deixava expresso o ambiente histórico no qual estava redigindo, destacando que no país havia um “povo em marcha” para “finalidades precisas”, de modo que todas as “diretrizes do passado” apontavam os “novos rumos”³⁸, numa clara alusão à República Nova recentemente inaugurada.

Na palestra sobre o “20 de Setembro”, o autor utilizava ideias deterministas, explicando que “o meio fez o homem”, dedicando especial atenção para a “liberdade” como mais fundamental característica da

³⁶ PORTO. 1922. p. 15 e 25.

³⁷ PORTO, Aurélio. *O 20 de Setembro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. I trimestre, ano XII. Porto Alegre: Globo, 1932. p. 51-58.

³⁸ PORTO. 1932. p. 51.

formação humana gaúcha, verdadeira “qualidade nativa” dos rio-grandenses, já que a liberdade “enobrecia a alma”, ao passo que o escravo era “pusilânime e mau”. Nesse sentido, afirmava que a simples reação a desmandos que implicavam contra a liberdade dos rio-grandenses teria uma evolução natural, pois, junto dos homens, surgiam as ideias e uma “nova consciência” ia se formando na “raça gaúcha”, edificando-se o “caráter” de um povo que não tolerava restrições à liberdade³⁹.

A heroicidade dos gaúchos, mormente durante a Revolução Farroupilha, era outro dos elementos constitutivos da fala de Porto na Rádio Gaúcha, apontando para a “glória” como característica básica da formação rio-grandense, quando passaram no tempo, no secular embate de fronteiras, os “heróis redivivos”, através dos quais a terra se alargou, pois as “espadas vitoriosas” gizaram novos lindes, que foram muralhados pelas “estacadas de peitos hercúleos”. Chamando atenção para a “história-lição”, o autor destacava que, através dos ecos vagamente ouvidos de mil bocas avoengas, era possível detectar todos os heroísmos das gerações que passaram. Complementava afirmando que o “herói é um semideus” que ficava pairando num “limbo de lendas”, tomando novas formas e diluindo-se na consciência universal, vindo um dia a ressurgir nas “alvoradas gloriosas da história”. Segundo o escritor, a guerra civil fora uma empreitada gloriosa, onde ficou demonstrada a “admirável compleição moral” daqueles homens – que moldaram no aço mais puro a “têmpera rija” de seu caráter – os quais lutaram e sofreram

³⁹ PORTO. 1932. p. 52-54.

adversidades em “tempos heroicos”, pois, onde houvesse uma espada farroupilha, um “lance estupendo” de bravura galvanizava a República⁴⁰.

O brasileiroismo dos sul-rio-grandenses, mesmo durante a desagregação do território nacional a partir da República de Piratini, também encontrou eco na fala de Aurélio Porto publicada em 1932. Justificava o escritor que a Revolução Farroupilha fora realizada no intento da união brasileira em torno do federalismo, já que um “grande sonho” embalava os “fortes espíritos” daqueles “homens de têmpera”, quer seja, unir o Brasil por laços federativos, sob um regime democrático que fizesse a grandeza da federação, advindo daí uma “luta formidável”, um “sopro de heroísmo” que passou pelas coxilhas nativas, quando o “Rio Grande agigantou-se”. A legitimação da brasilidade da Farroupilha encerrava-se, de acordo com esta perspectiva, na difusão do ideal federativo para o conjunto do país, pois seria necessário dar cumprimento integral aos princípios fundamentais da República, levando em frente o “sopro vital” do federalismo, como teria sido feito em relação à Santa Catarina⁴¹.

⁴⁰ PORTO. 1932. p. 53-54 e 56. Ainda a respeito do papel dos heróis e da história como um exemplo de vida às gerações futuras, o autor concluía seu discurso com a seguinte exclamação: Meu Rio Grande das tradições heroicas. Podes rasgar as páginas da tua história. Ela não se escreve. Canta-se. Canta-se em hinos evocativos de glória. Canta-se na sua excelsitude suprema, para que sintas, terra do farrapo! Comunicarem-se a todos os teus membros as vibrações do nosso amor, dos nossos entusiasmos sempre moços, das nossas energias sempre vivas (p. 58).

⁴¹ PORTO. 1932. p. 55.

De acordo com Porto, a ideia de uma república federativa, lançada pelo Rio Grande do Sul, junto de outras das províncias rebeldes, fora o gérmen que viria a frutificar no pós-1889. Nesse sentido considerava que o espírito republicano não deixara de existir mesmo depois de 1845, afirmando que no “âmago profundo da consciência”, no “forte coração indomável”, jamais se apagara a “chama inspiradora” das ideologias dos farrapos, a qual foi transmitida às gerações que lhes sucederam, de modo que a “chama crepitou”, como uma “lâmpada votiva” que ficara nas aras dos templos, velando a imagem de ideais que não morriam e um dia, alastrando-se, tornara-se incêndio, até o “sonho dos legionários de 35” ter a sua materialização⁴².

Negligenciando os limites econômicos e políticos que marcaram o separatismo farroupilha, Aurélio Porto defendia a tese de que o fim da Revolução de 1835-1845 dera-se, essencialmente pelo “patriotismo” dos rio-grandenses, preocupados com a ameaça externa representada pela conjuntura platina e, diante do inimigo em comum, prevalecera um “sentimento cívico de nacionalidade”. A este respeito, destacava o autor que se desenhava para as bandas do Prata um horizonte prenhe de tempestades, pois o caudilho Rosas, “esmagando a liberdade de seu povo”, estaria ameaçando a estabilidade da paz continental, de modo que era o momento do farrapo ceder, pois lutara contra o Império, contra as compressões da política de “maus

⁴² PORTO. 1932. p. 56-57.

gabinetes”, mas “nunca contra a pátria”, cujas fronteiras “traçara com gizamentos de sangue”⁴³.

Refletindo o contexto histórico em que vivia e suas convicções e afinidades políticas Porto, mais uma vez transportando o passado para o presente, considerava a Revolução de 1930 como uma reedição da Farrroupilha, apontando para uma “nova farrapíada”. Para o historiador, a “gente de outrora” ressurgira nos desvãos das quebradas e uma vibração intensa de vida evocara nos dias que acabavam de transcorrer, através dos mesmos “gestos lendários” das “farrapíadas homéricas”. Explicava que, acima de todas as seduições da vida, de todos os imperativos do interesse individual, colocou a “gente do Rio Grande”, o “bem comum da pátria”, estando disposta a sacrifícios pelo patriotismo, pois se não pudesse salvar a pátria, engrandecendo-se a si própria, a “gente gaúcha” estacaria nas linhas avançadas de Itararé, para levantar muralha em torno do Rio Grande com os seus corpos palpitantes e sangrentos,

⁴³ PORTO. 1932. p. 56-57. Segundo o autor, o termo à guerra civil só fora obtido a partir da compreensão do agente do Governo Central do contexto rio-grandense e da própria identificação de Caxias com o “espírito gaúcho”, resultando dessa ação a “honrosa paz” de 1845. Sobre esse tópico, destacava Porto: Foi quando surgiu o Pacificador. Caxias encarna perfeitamente, no momento, o sentimento cívico da nacionalidade. Surge, entre os gaúchos, e penetra os mais íntimos refolhos da consciência do povo. Ao princípio, quer lhes dar combate. E para combatê-los, se transforma em gaúcho. Mas, este não seria o meio adequado para a vitória. Porque aos rio-grandenses não se vence com armas.

pois, daquela viajada, ou se voltaria com honra, ou não se voltaria mais⁴⁴.

No ano das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, Aurélio Porto também buscava apresentar um escrito que demarcasse a efeméride, caso do artigo publicado na Revista do IHGRS, intitulado *Farroupilha*⁴⁵, buscando apresentar as origens e significados históricos do termo que serviu para designar os articuladores da guerra civil de 1835. Ao buscar descrever o conceito de “farroupilha”, o autor não deixava de também afirmar o brasileiroismo do movimento rebelde gaúcho, identificando as definições em torno do termo do contexto regional para com o nacional. Sobre o assunto, o escritor concluía que a

⁴⁴ PORTO. 1932. p. 57. No mesmo sentido, exortava o escritor: Vimos, agora de uma farrapíada nova. Julgávamos mortas as energias da raça. Sentíamos que na derrocada do caráter brasileiro também se sepultara o civismo gaúcho. Mas erramos. Éramos os mesmos. Dentro do mesmo cenário. As coxilhas nativas eram ainda verdes como as de outrora. No lombo dos potros ariscos ainda voavam, como silhuetas de glória, aos ventos do pampa, os ponchos dos ginetes. Rio Grande da minha velha gente heroica! Rio Grande das taperas lendárias onde a sombra misteriosa dos umbus põe tarjas pungitivas de saudade. Rio Grande dos fortes e dos bravos. Sabes de quanto é capaz o amor dos teus filhos, de quantas abnegações se reveste a nossa alma, de quanta bravura credora é suscetível o nosso espírito, quando para te servir, e morrer por ti, nós nos sentimos superiormente grandes (p. 57-58).

⁴⁵ PORTO, Aurélio. Farroupilha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. IV trimestre, ano XV. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 191-201.

denominação de “farrapos” não era conhecida nos documentos da época, provindo da fase revolucionária, constatando-se que nada mais era do que uma designação por analogia a “farroupilha”, nome do partido que fez o 20 de Setembro e, mais tarde, a República Rio-Grandense⁴⁶.

Ainda que o objetivo do ensaio *Farroupilha* fosse uma análise das origens do termo, Porto não deixou de utilizar o texto para demarcar as identidades do Rio Grande do Sul para com o Brasil, lançando mão mais uma vez do espírito federativo como mote do vínculo entre as revoluções que espocavam no Brasil da época. Justificava o escritor que as influências que nortearam o processo revolucionário sulino tinham suas origens na conjuntura brasileira, ou seja, era a ideia federativa em marcha para seus “destinos inescrutáveis” nas “verdes campinas” gaúchas, era o nascimento de um “partido farroupilha” que não teria a vida efêmera do proselitismo das cidades, mas que se “imortalizaria”, cristalizando as aspirações nacionais e federativas, “genuinamente brasileiras”, dos “heroicos campeadores do Norte”, de todos os “sonhadores” de um Brasil Republicano, vinculado pelos laços da federação⁴⁷.

Assim, Aurélio Porto dedicou significativa parte de sua vultosa obra ao estudo da Revolução Farroupilha, sendo um dos precursores do discurso historiográfico que promoveu a mitificação dessa revolta, identificando-a, como um momento acima de tudo brasileiro. Esta identidade com o todo nacional pode ser sintetizada a partir de um objetivo que Porto expressou em uma de

⁴⁶ PORTO. 1935. p. 201.

⁴⁷ PORTO. 1935. p. 199.

suas obras, quer seja, prestar um “bom serviço” aos estudiosos do período da “história das revoluções brasileiras”⁴⁸, dentre as quais estava a Farroupilha. A alocação da Revolução Rio-Grandense de 1835 como o momento mais importante da formação histórica gaúcha ficou patente no momento que, por ocasião das comemorações do bicentenário da ocupação lusa no Rio Grande do Sul, o autor organizou uma obra intitulada *Terra Farroupilha*⁴⁹ – escrevendo vários dos artigos e reunindo outros intelectuais da época – que bem definia a centralização da história do Rio Grande do Sul em torno dos acontecimentos de 1835-1845. Seguindo suas filiações políticas, ligadas ao borgismo e, posteriormente, ao varguismo – realizando inclusive estudo genealógico sobre Getúlio Vargas –, Aurélio Porto seria um dos arautos dos ideais da “República Nova”, ou seja, ao discurso político que depositava esperanças no futuro do estado no comando nacional, agregava-se o discurso histórico que patenteava a nacionalidade brasileira dos gaúchos⁵⁰.

O processo discursivo moldado por Aurélio Porto teria continuidade nos escritos do historiador Souza Docca o qual dilatou a orientação iniciada por

⁴⁸ PORTO, Aurélio. *Notas ao processo dos farrapos*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1934. p. 3.

⁴⁹ O intento com a edição da obra *Terra Farroupilha* era o compromisso assumido de dotar as letras gaúchas de um trabalho digno da cultura do povo e de suas tradições inigualáveis. Citado por ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 63-64.

⁵⁰ GUTFREIND. p. 37.

aquele, realizando uma “diluição” da história do Rio Grande do Sul na história do Brasil. Historiador-militar, ou militar-historiador, Docca dedicou vários trabalhos à intervenção bélica brasileira no Prata, constituindo-se em “representante-mor” do discurso nacionalista-imperialista, não apenas gaúcho, mas, acima de tudo, brasileiro. Este escritor, desenvolveu seus estudos paralelamente aos de Porto, ratificando as premissas do discurso historiográfico sulino, ora em pauta, que construía uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul⁵¹.

Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu na cidade gaúcha de São Borja, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1945. Militar de carreira desde 1899, quando ingressou no Exército como voluntário, tornou-se 2º Sargento em 1900, realizou estudos no Curso de Administração Militar (1917-1921) e na Escola Superior de Intendência, no Rio de Janeiro (1921), vindo a galgar todos os postos no Quadro da Intendência, chegando a general. Ainda em relação a suas atividades militares foi Chefe do Serviço de Fundos do Exército (1935-1940) e Diretor da Biblioteca Militar. Como historiador, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pertencendo também à Academia Rio-Grandense de Letras, sendo delegado e presidente na Federação das Academias de Letras do Brasil, demonstrando seu reconhecimento como intelectual de sua época⁵².

⁵¹ GUTFREIND. p. 53-55.

⁵² Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS. p. 186-187 e VILLAS-BÔAS. p. 166-168. Dentre os trabalhos publicados

Seguindo uma convicção discursiva então marcante, Docca utilizava-se da história como uma lição de vida, servindo os exemplos dos “personagens ilustres” como modelos à posteridade. Via a história, assim, como mestra da vida futura e presente, necessária ao legislador, ao político, e que servia para a educação patriótica e cívica. Nesse sentido, foi um continuador do discurso historiográfico que legitimava as atuações dos homens públicos no contexto regional e nacional a partir da Era Vargas. Apesar de não ter aderido ao movimento de 1930, argumentando que, como militar, não poderia atuar na vida política, do ponto de vista ideológico, foi um defensor do novo *status quo* estabelecido a partir da revolução outubrista, considerando que, a partir

por Souza Docca, pode-se citar: *A proclamação da República no Brasil* (1912), *A Batalha do Tuiuti* (1912), *Causas da Guerra do Paraguai* (1919), *Bento Manoel Ribeiro* (1923), *Vocabulos tupis-guaranis na Geografia do Rio Grande do Sul* (1924-1925), *A independência uruguaia* (1927), *A Convenção Preliminar de Paz de 1828-1829* (1928), *O Brasil e a independência do Uruguai* (1929), *O Brasil no Prata* (1931), *Deodoro* (1932), *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935), *O porquê da brasilidade farroupilha* (1936), *O desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul* (1937), *Caxias: o pacificador* (1938), *Condomínio da Lagoa Mirim-Jaguarão* (1938), *As Forças Armadas na formação e defesa da nacionalidade* (1939), *Limites entre o Brasil e o Uruguai* (1939), *Caxias* (1939), *Capitania de São Pedro* (1940), *Gente sul-rio-grandense* (1942), *O bicentenário da colonização de Porto Alegre* (1942), *O homem capaz* (1942), *O dia pan-americano* (1943), *Caxias e a pacificação do Rio Grande do Sul* (1946) *A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul* (1947) e *História do Rio Grande do Sul* (1954).

daqueles tempos, o Brasil principiava a sentir-se como um todo unido⁵³.

Ardoroso defensor do espírito federativo como fator motor de uma Revolução Farroupilha acima de tudo brasileira, Souza Docca desenvolveu vários trabalhos sobre a revolta, lamentando a existência de preconceitos entre as diversas unidades brasileiras pelo desconhecimento quase completo das “revoluções brasileiras”. Segundo o escritor, tal fato se devia ao desconhecimento dos documentos, das memórias e crônicas sobre o movimento, além de não ter sido escrita ainda sua história. O autor condenava também a “fatalidade geográfica” como fator de desagregação em relação à união nacional e lamentava as suspeitas de desejos separatistas do Rio Grande do Sul, imagem que, para ele, não passava de fantasia⁵⁴.

À época do centenário da Revolução Farroupilha, Emílio de Souza Docca empreendeu um ferrenho debate contra o escritor Alfredo Varella que publicara obra na qual defendia tese diametralmente oposta a do discurso historiográfico oficial, reconhecendo as influências platinas e destacando o separatismo da Revolução Farroupilha⁵⁵. Nessa linha, Docca lançou uma série de artigos e ensaios defendendo a brasilidade da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845, os quais viriam a ser reunidos e incluídos numa das edições especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

⁵³ GUTFREIND. p. 55 e 59.

⁵⁴ GUTFREIND p. 59.

⁵⁵ A respeito dos enfrentamentos entre esses historiadores e suas respectivas versões historiográficas, ver: GUTFREIND. p. 115-130.

alusiva ao centenário da Revolução Farroupilha, sob o sugestivo título de *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*⁵⁶.

O maior intento desses escritos de Docca estiveram vinculados a busca de uma resposta às premissas estabelecidas a partir do *platinismo* de Alfredo Varela. Para o general, o aval do IHGRGS à obra *História da Grande Revolução* não fora efetivo, tratando-se, isto sim, de uma “oficialização aparente”, em prejuízo da “verdade histórica”, devendo ser combatida e esclarecida, advindo daí seu objetivo de combater tais “ideias depreciadoras” dos sentimentos cívicos e “desdenhosas” da dignidade dos antepassados rio-grandenses. Souza Docca contradizia Varela, acusando-o de, através de seu anelo de platinizar o Rio Grande, induzir o leitor a apresentar os farroupilhas como conspiradores com os governantes dos países vizinhos. O escritor militar chegava a diagnosticar em Alfredo Varela o padecimento de “espasmos” oriundos de sua “psicose separatista”, qualificando estas teses como um “platinismo imaginário”, sendo preciso acabar com a “lenda”, com a “invencionice” da influência platina no modo de ser e nas aspirações políticas dos rio-grandenses⁵⁷.

⁵⁶ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (separata da Revista do IHGRGS - II trimestre, ano XV). Porto Alegre: Globo, 1935.

⁵⁷ DOCCA. p. 3, 9-10, 67, 101 e 113. No combate às asserções de Varela, Docca afirmava também: Os que ainda dão curso à invencionice da influência platina no Rio Grande, os que consideram este Estado como “uma terra saturada de castilhanismo”, assim procedem: por pirronice inveterada, que

O general-historiador fazia questão de distinguir o Rio Grande do Sul do Prata, mormente no que tange à tese da ausência de caudilhismo no contexto sul-rio-grandense. Para ele, o caudilhismo “não infelicitou” a terra gaúcha, pois a gente daí não teria nunca nutrido o “culto fetichista”, o qual fora a mística que sustentara os caudilhos platinos. Absolvendo a Revolução Farroupilha desta característica, Docca destacava que, entre a gente do Rio Grande do Sul, o chefe não era o princípio, nem o fim da Revolução, já que “todos” combatiam por um ideal, consubstanciado em “grandioso” programa político, já que, as ideias de liberdade dos rio-grandenses seriam “contrárias ao domínio ditatorial, inimigas do despotismo e avessas ao suseranismo” e, portanto, não se coadunavam com o caudilhismo⁵⁸. Através destas premissas, o autor simplesmente negligenciava as relações de clientelismo e mandonismo local, predominantes na conjuntura gaúcha do século XIX e cujas raízes perduram na centúria seguinte, além de suprimir em sua abordagem as várias décadas da ditadura castilhistaborgista, a qual, segundo a ótica por ele expressa, segundo a lógica, não poderia estar de acordo com as “ideias de liberdade dos gaúchos”.

De acordo com a conjuntura historiográfica na qual escreveu, Emílio Fernandes Docca considerava que

é sinal de marasmo mental; por exploração de ordem secundária, que revela falta de probidade como historiador; ou porque nunca sentiram o pulsar ardente do coração rio-grandense, através do tempo e do espaço, em suas grandiosas, inextinguíveis manifestações de brasilidade pura, que a história registra (p. 117).

⁵⁸ DOCCA. p. 102-103 e 113.

a história deveria ser encarada como uma lição para o presente e o futuro. Nesse sentido, demarcava o caráter de exaltação de seus escritos por ocasião da efeméride comemorada em 1935, quando transcorria o primeiro século do “grandioso e patriótico feito farroupilha”, constituindo-se sua obra numa “primeira contribuição”, uma “simples achega” para as comemorações desse centenário e como homenagem da mais alta admiração e de “fervente culto” à memória dos “grandes vultos” do passado gaúcho, os quais teriam agido como rio-grandenses e pensado “sempre” como brasileiros. Nessa perspectiva, Docca defendia que o principal mote da história era o estudo dos atos e feitos dos “grandes homens”, verdadeiros “exemplos” às futuras gerações, afirmando que as manifestações grandiosas da “alma de uma raça”, através de sua ancestralidade, atuava sobre o indivíduo e sobre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades. Em síntese, o escritor admitia que seu desejo era o de reivindicar as glórias de “nossos maiores”, os quais teriam o direito do culto inabdicável e da veneração consciente, sincera e sagrada⁵⁹.

No sentido de dar credibilidade a suas asserções, Souza Docca utilizava como argumento fundamental a utilização de documentação, segundo ele, merecedora de todo o crédito. A partir desta convicção, o autor defendia suas principais teses acerca da Farroupilha, quer seja, o espírito federativo e a brasilidade dos rebeldes, afirmando que, por meio de “farta e preciosa” documentação, se poderia comprovar que a Revolução de 1835 fora o mais longo, o mais heroico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa no

⁵⁹ DOCCA. p. 4, 94 e 138.

Brasil; ou ainda, destacando que a “verdade histórica”, amparada nos fatos e nos documentos, desautorizava a afirmativa dos que negavam o sentimento de brasilidade aos rio-grandenses-do-sul⁶⁰.

Além dos documentos, citados à exaustão, o escritor buscava também lançar mão do que denominou de “juízo dos historiadores”, arrolando uma série de

⁶⁰ DOCCA. p. 25 e 60. Ainda no que tange à “prova documental” contrária à separação, o autor explicava: Esclarecido devidamente, com lisura, que era a federação clássica que aspiravam os farroupilhas, dado o conceito que faziam desse regime político; comprovado, com uma documentação preciosa que a Revolução tinha como finalidade o estabelecimento da República Federal no Brasil: – está, *ipso facto*, provado que aquele movimento não era seccionista, que não tinha o caráter “retintamente separatista”, com que se pretendeu mascará-lo, desvirtuando-o e cobrindo de baldões a memória de seus grandes vultos, com o amesquinhação de seus altos sentimentos de brasilidade. Necessário se faz, entretanto, para arrasar definitivamente a tese separatista, que sejam aqui registradas as diversas manifestações, em épocas diferentes, contra a separação. As citações que vamos enumerar completam a documentação e os juízos já consignados e reforçam mais ainda a ideia clara, positiva, clássica da federação entre os rio-grandenses e esclarecem, de modo absoluto, que estes não queriam desmembrar o Rio Grande da comunhão brasileira; provam que a separação proclamada em 1836 foi o efeito de uma causa que não tem sido devidamente estudada – que era um meio a que recorreram os revolucionários para atingirem o fim colimado –; apresentam, com todo seu brilho, os sentimentos de patriotismo dos farroupilhas, limpando-os da nódoa do “pendor separatista”, com que o azeitado de uma paixão quis demonstrá-los (p. 35-36).

autores que corroboravam sua perspectiva interpretativa, como Assis Brasil, Venâncio Aires, Demétrio Ribeiro, Felisbelo Freire, Pandiá Calógeras, João Borges Fortes, João Maia, Walter Spalding, Fernando Osório, Florêncio de Abreu, Mansueto Bernardi, Othelo Rosa, Salis Goulart, Aurélio Porto, Fernando Callage, Rubens Barcellos e Eduardo Duarte, entre vários outros, chegando a citar o conjunto do IHGRGS como contrário às premissas do separatismo e do platinismo⁶¹. Ao utilizar-se dos documentos e dos testemunhos de historiadores, Docca incorria numa pré-seleção de dados que viessem a consolidar suas teses, de modo que ele não analisava as mudanças ocorridas na revolução com o passar do tempo, utilizando proclamações de épocas diferentes, como se todas tivessem o mesmo sentido de brasilidade, além do que, citava unicamente a opinião de historiadores e escritores que defendessem a ideia de federação e que eram contrários ao separatismo⁶².

A obra *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* não fugiu à regra de imprimir ao movimento analisado um caráter lendário e pleno de heroicidade. Segundo esta visão, a revolta tratara-se de um “decênio heroico”, verdadeiro esforço de idealistas para realizar o “grande sonho” político da federação, em direção ao qual se teria empreendido uma “cruzada heroica”. Nesses escritos, heroicidade e brasilidade andavam lado a lado, uma vez que este sentimento tinha como penhor seguro, sincero, forte, indestrutível, o “heroico sacrifício de sangue”

⁶¹ DOCCA. p. 26-35 e 48-58.

⁶² FLORES, Moacyr. *Historiografia - estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989. p. 30.

presente na luta dos gaúchos pela nacionalidade. No mesmo sentido, exclamava o autor que todos os homens da “Grande Revolução” viveram e formaram seu caráter no ambiente desta grande era e, embora monarquistas uns, republicanos outros, foram todos, sem exceção, brasileiros acima de tudo. Ainda que dissesse que o historiador não tinha direito de criar heróis segundo suas simpatias, Souza Docca incorria nesse processo de heroificação, declarando que todos deveriam bater palmas em louvor dos “verdadeiros heróis farroupilhas” e do “povo estoico” da terra gaúcha, cuja alma era feita de aço, que fora o instrumento de todos os triunfos dos diretores da Revolução⁶³.

Na concepção de Emílio Fernandes de Souza Docca, o principal escopo dos líderes farrapos era o espírito federativo e não o separatismo. Para o autor, a formação histórica brasileira estava prenhe de exemplos de luta pelas ideias federativas com as quais se coadunava a guerra civil rio-grandense, consistindo-se esta, portanto, em mais uma das “provas” da brasilidade dos rebeldes gaúchos. Nesse sentido, Docca defendia a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes históricos no Brasil, em prol da República Federativa e preocupava-se em demarcar o conceito de federação entre os rebelados rio-grandenses, aproximando-os do modelo norte-americano. De acordo com isso, o escritor definia o Rio Grande do Sul como um dos “berços históricos” do espírito federativo e afirmava que os líderes farroupilhas teriam, como “homens a frente de seu tempo”, antecipado a implementação de um ideal que se consolidaria, segundo ele, a partir de 1889, demonstrando o que

⁶³ DOCCA. p. 14-15, 25, 60, 143 e 146.

queriam para o Brasil, com “descortino político” e “visão da realidade”, os quais maravilhavam e demonstravam “positivamente” e com clareza que eles sabiam o que queriam⁶⁴.

Como dizia o próprio título de sua obra, o maior intento de Souza Docca era comprovar o brasileirismo como marca registrada dos indivíduos que fizeram a Revolução Farroupilha. Segundo ele, o movimento farroupilha gravitou sempre em torno da brasilidade e não tinha, por isso, fundamento, a pecha de platinismo que lhe era atribuída e que só serviria para deturpar o “verdadeiro significado” do “grande sonho político” que os rebeldes se esforçaram para converter em realidade. Para corroborar a tese não-separatista, Docca utilizava como argumento a participação de várias das lideranças rebeldes, após a pacificação, nas guerras contra os países platinos, em favor do Brasil, considerando o ato

⁶⁴ DOCCA. p. 5-14. Para Souza Docca, o próprio processo de pacificação fora um exemplo dos ideais federativos e não-separatistas dos farroupilhas, destacando que era a República Federativa que eles estabeleciam como condição *sine qua non* para a paz e não a separação definitiva (p. 66). Ainda de acordo com essa perspectiva, o autor destacava que a federação pretendida pelos rebeldes gaúchos era de vínculo à “comunhão brasileira” e não em relação aos países vizinhos, buscando esclarecer que: Não havendo o longo e pertinaz apelo em prol da Federação Brasileira encontrado eco nas demais províncias, opinaram os farroupilhas pela paz, em 1845, preferindo se reintegrarem na Grande Pátria comum a uma união exótica, evidenciando, assim, que a “filiação política mais platina que luso-brasiliense” é simplesmente imaginativa, mera ficção, desautorizada pelos fatos e pelos principais homens do decênio heroico (p. 104).

separatista de 1836 como um simples recurso que não teria representado a real finalidade do movimento⁶⁵.

Para o general-historiador, a brasilidade dos sul-rio-grandenses era inerente à sua natureza, afirmando que a “história ardente” da integração do território brasileiro no extremo-sul não admitia e até repelia a “lenda fria” do desmembramento, de modo que o desprendimento era uma das mais rútilas das facetas da “glória farroupilha”, na qual fulgurava o amor pelo Brasil, diante do que o “azinhavre separatista” não poderia nunca lhe empanar o brilho. Nesse sentido, Docca defendia que quem estudasse a fundo a Revolução Farroupilha, somente por uma aberração poderia ver nessa “cruzada portentosa” uma guerra separatista, pois tantos e tais eram os documentos e fatos que evidenciavam que a sua finalidade era o estabelecimento da República Federal sob a bandeira do

⁶⁵ DOCCA. p. 16-17, 30-31 e 46-47. No mesmo sentido, o escritor afirmava: Quem animado de boas intenções, com a inteligência ao serviço da verdade e da justiça, estudar a cruzada farroupilha, há de verificar que nunca as alegrias dos triunfos, nem as angústias dos desastres, turbaram no ânimo dos rio-grandenses o sentimento de brasilidade. O ato separatista não tivera forças para romper os laços sagrados e vigorosos da união psíquica que tem mantido a integridade do Brasil, que não é um milagre, como se tem dito, e, sim, o fruto da alma de uma raça. Na formação do povo rio-grandense reside a explicação da homogeneidade deste povo e de seus profundos sentimentos patrióticos, de que tem dado provas excepcionais, em todas as situações difíceis, por que tem passado a nacionalidade, em seus conflitos internacionais. Os rio-grandenses foram sempre os primeiros a empunhar as armas e os últimos a ensarilhá-las (p. 59-60).

Brasil. Utilizando-se de manifestos de líderes farrapos, o autor buscava apontar para as provas elevadas dos “sentimentos patrióticos” dos mesmos, as quais evidenciariam que seus pensamentos estavam inteiramente concentrados no Brasil, que obedeciam aos imperativos da ancestralidade, cimentada pelo sangue e pela língua – fatores principais da consciência nacional e que constituía a “força vigorosa” que mantinha a integridade da pátria⁶⁶.

Repisando constantemente no caráter fundamental de sua obra – a resposta aos escritos de Varela –, Souza Docca intentava evidenciar quão “claras, positivas e grandiosas” eram as provas do “sentimento de brasilidade” dos gaúchos, apesar daqueles que vinham buscando “torcer” e “difamar” estas premissas. Segundo o escritor, estes anseios de “brasilidade pura”, estas manifestações ardentes, gravitando em torno da ideia do Brasil unido, sem quebra de sua integridade territorial, repeliam a afirmativa, sem apoio na “verdade histórica”, de que a Revolução tomara feições “antibrasileiras e seccionistas”. Na perspectiva de Docca, o brasileirismo dos farroupilhas levou-os, inclusive, a transigir em alguns de seus princípios políticos, tendo em vista o “valor maior” representado pela pátria, prevalecendo a “voz da ancestralidade”, como penhor seguro de um sentimento à “grande pátria” e ao “Brasil amado”, por eles defendido, com dedicação e bravura. No intento de comprovar o “sentimento de brasilidade dos farroupilhas”, o autor destacava que a Revolução de 1835 fora profundamente brasileira e animada por

⁶⁶ DOCCA. p. 61-64.

um grande sonho político, ou seja, o de implantar no Brasil a República Federal⁶⁷.

Ao referir-se ao processo de pacificação no sul, Docca buscava esclarecer que a forma pela qual fora feita a paz no Rio Grande do Sul demonstrava que o “espírito brasileiro” predominava entre os “centauros de 35”, levando à reintegração à “grande pátria comum” e à inclusão na “grande família brasileira”. Nessa linha, o autor exortava que a razão principal da paz fora o amor e a dedicação ao Brasil de parte dos “grandes homens” que lideraram o movimento, os quais teriam amado muito o Rio Grande, mas nunca esquecido o Brasil, sabendo “sempre” colocá-lo acima de todas as competições. No mesmo sentido, o escritor defendia que a transigência, com a aparente renúncia do ideal político, em benefício da paz, fora uma “edificante lição” de tolerância e de patriotismo, bem como, um “exemplo” que calara profundamente no espírito público, pois pusera em relevo que o maior interesse, o supremo bem político, a grandeza do Brasil, não residia exclusivamente na forma de governo, porque “tudo indicava” que esta forma seria transitória – numa alusão à República que viria mais de quarenta anos depois –, e

⁶⁷ DOCCA. p. 78-80. Mais uma vez, o escritor lançava mão da resposta entabulada em relação a Varela, afirmando que havia quem pusesse em dúvida este “sentido nacionalista”, ou ainda quem nele não cresse, por desconhecimento da “verdade histórica”. Destacava o general que era especialmente para estes que ele acumulara os elementos esclarecedores, convincentes e glorificados do patriotismo rio-grandense, do amor inexcedível dos farroupilhas pelo Brasil, que eles queriam integrar nos princípios democráticos a que estava fadado (p. 83).

sim, na “unidade nacional”, de modo que o Brasil devia este “serviço” à Revolução Farroupilha⁶⁸.

Lembrando a efeméride comemorada no ano daquela edição, Souza Docca, resumia seus intentos com aquele texto, destacando que se estava às portas do centenário da “Grande Revolução”, não sendo justo, nem digno, que se comemorasse este “feito extraordinário”, menosprezando seus “legítimos heróis”, devendo-se, isto sim, glorificar este “povo admirável”, responsável por aquela “epopeia sem par”. Concluía o autor, exclamando que a Revolução Farroupilha não fora um elemento funesto à integridade do Brasil e, ao contrário, teria contribuído para a consolidação desta, de modo que comemorar aquele centenário serviria para relembrar um dos “maiores feitos da nacionalidade”, um dos “mais belos anseios em prol do regime democrático” e um dos “mais heroicos esforços” para integrar o Brasil em seus verdadeiros destinos. E, finalmente, conclamava que era tempo de sobrepujar-se as paixões e “fazer justiça” aos farroupilhas, devendo-se render um culto fervoroso e consciente a estes heróis, de modo a que todos pudessem ser dignos de possuir o “patrimônio glorioso” que eles legaram, dignificando-os através da história⁶⁹.

Dessa maneira, a obra de Souza Docca demonstra uma completa concatenação com o contexto histórico-historiográfico então vivido, pois, historiador porque militar ou militar e historiador, imbuído de sentimentos patrióticos, altamente nacionalistas, ele respondia àquele momento do Brasil pós-1930, em sua trajetória para uma

⁶⁸ DOCCA. p. 93-94, 100 e 144.

⁶⁹ DOCCA. p. 143 e 146.

grande nação. O autor clamava bem alto pela unidade nacional, atrelando o Rio Grande do Sul ao Brasil, a partir do qual emergiria a história sulina. Os escritos de Docca demonstravam o bairrismo de um historiador que procurava, com afinco, demonstrar que o Rio Grande do Sul, através de sua história, reprimia todo e qualquer sentimento localista pelo nacional. Nessa época, o Rio Grande do Sul liderava politicamente o país e dava os últimos retoques em sua identidade luso-brasileira e, quanto ao discurso historiográfico, Aurélio Porto teve em Souza Docca um sucessor à altura, na construção de uma representação imaginária do social, de modo que este, inclusive, colocou a história a serviço do sentimento de nacionalidade, num grau bem mais amplo que aquele, insistindo no “papel natural” da liderança do Rio Grande do Sul na política nacional⁷⁰.

Ainda que o general não tivesse participado ativamente do movimento de outubro de 1930, inclusive negando-lhe apoio, esta não-adesão circunscreveu-se unicamente ao caráter militar, coerente com sua visão de dever profissional. No entanto, como historiador, Souza Docca colaborou significativamente na construção dos propósitos revolucionários de 1930, constituindo-se num eficiente agente na insistência do discurso historiográfico da brasilidade do Rio Grande do Sul e abrindo espaços para o estado gaúcho no cenário nacional⁷¹. Por meio de suas asseverações sobre a Revolução Farroupilha, Emílio Fernandes de Souza Docca, defendia ardorosamente a brasilidade dos gaúchos e vociferava com veemência

⁷⁰ GUTFREIND. p. 64-66.

⁷¹ GUTFREIND. p. 66.

contra qualquer tendência que chamasse atenção para o separatismo ou o platinismo no Rio Grande do Sul.

Para Souza Docca, a Farroupilha antecipara o republicanismo e o espírito federativo que se implementariam em 1889, no entanto, os anelos da “verdadeira república” só estariam se concretizando no pós-1930, ainda que o federalismo – fundamento defendido pelo autor à extenuação – viesse a ser um princípio bastante menoscabado ao longo da década de trinta, mormente após a instauração do Estado Novo. Souza Docca filiar-se-ia aos novos detentores do poder e não foi para menos que ele viria a publicar *O homem capaz*, um “estudo sobre a personalidade” de Getúlio Vargas, sob os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1942⁷², plena ditadura estado-novista. História e vivências políticas se mesclavam no discurso historiográfico oficial que servia à legitimação dos novos personagens que atuavam no cenário político regional e nacional.

Outro escritor que empreendeu a construção do discurso historiográfico em questão foi Othelo Rodrigues Rosa que nasceu na localidade gaúcha de São João de Montenegro, em 1889, falecendo em Porto Alegre, no ano de 1956. Em termos de formação educacional, foi autodidata, sendo orientado em seus estudos primários por um tio. Atuou como Conselheiro Municipal, redator do *Taquariense* e Promotor Público em Taquari. Profundamente ligado ao partido governista rio-grandense durante a República Velha, foi secretário particular de Borges de Medeiros, Subprocurador Geral do Estado do Rio Grande do Sul,

⁷² MARTINS. p. 186.

Juiz Municipal em Santa Cruz do Sul, professor da Escola Normal de Porto Alegre, Deputado à Assembleia Rio-Grandense e diretor do jornal *A Federação* (1926-1930). Foi também diretor do *Jornal da Noite* (1931-1932), Secretário da Educação no Rio Grande do Sul no Governo Flores da Cunha e Oficial do Registro Especial, em Porto Alegre (1915-1936). No campo cultural, foi poeta, novelista, conferencista, historiador e biógrafo, sendo membro da Comissão Gaúcha de Folclore, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Academia Rio-Grandense de Letras e da Academia de Letras do Rio Grande do Sul⁷³.

⁷³ Biografia do autor extraída de: MARTINS. p. 504-505; LAYTANO. p. 121-123.; e VILLAS-BÔAS. p. 444-446. Dentre os títulos que compõem a obra de Othelo Rosa podem ser citados: *Canções da mocidade* (1909), *Evangelho do amor* (1910), *Réplica ao Manifesto do Dr. Assis Brasil* (1925), *Os males e os crimes do assisismo* (1927), *Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos* (1928), *A reorganização constitucional brasileira* (1931), *A reforma eleitoral* (1931), *Apolinário Porto Alegre* (1933), *Os amores de Canabarro* (1933), *O divórcio no Brasil* (1934), *Davi Canabarro* (1934), *Separatismo entre os farrapos* (1934), *Vultos da epopeia farroupilha* (1935), *Floriano Peixoto* (1940), *Centenário da Revolução de 1842* (1942), *Olavo Bilac* (1942), *O Barão do Rio Branco e a Revolução Farroupilha* (1944), *Alguns documentos de 1835* (1944), *Rio Branco* (1945), *Os elementos estrangeiros da Revolução Farroupilha* (1945), *Causas da Revolução Farroupilha* (1945), *Bento Gonçalves* (1947), *O Partenon Literário* (1948), *O conteúdo político da Revolução Farroupilha* (1951), *Pinheiro Machado* (1951), *Bibliografia folclórica do Rio Grande do Sul* (1951), *Carlos Barbosa Gonçalves* (1952), *Alfredo Ferreira Rodrigues* (1955), *A formação do Rio Grande do Sul* (1956) e *Júlio de Castilhos* (1958).

Assim, Othelo Rosa, ao longo de sua carreira, desempenhou importante papel e vasta soma de influência⁷⁴. Foi militante do Partido Republicano Rio-Grandense, atuando como secretário de Borges de Medeiros e, posteriormente, de Getúlio Vargas, dedicando-se, como ativista político, a acirrados debates e polêmicas jornalísticas em defesa do modelo borgista e no combate às oposições sul-rio-grandenses, principalmente através da voz governista *A Federação*. Mesmo depois da Revolução de 1930 continuou sua trajetória político-intelectual ascendente pois, embora tivesse sido, de modo progressivo, afastado diretamente da política, permaneceu com grande influência na visão dada como oficial do pensamento histórico, principalmente a partir de sua ação no IHGRGS. Nesse quadro, Rosa atuou como militante político-historiador na difusão do discurso historiográfico que pregava a origem lusitana do Rio Grande do Sul, insistindo no seu sentimento de brasilidade e negando influência platina ou espanhola no estado. No que tange à Revolução Farroupilha, o escritor reforçava a tese que apontava para a formação militar do Rio Grande do Sul a partir da qual se desenvolveram atitudes corajosas e de iniciativa, além de um espírito de coesão, solidariedade, civismo e fidelidade, virtudes aliadas à capacidade de sacrifício⁷⁵.

Dessa forma, Othelo Rosa, através da defesa política da historiografia lusitana, exerceria uma complementação do “círculo historiográfico” então em voga⁷⁶. Por ocasião dos preparativos e da comemoração

⁷⁴ LAYTANO. p. 121.

⁷⁵ GUTFREIND. p. 70-73.

⁷⁶ GUTFREIND. p. 67.

propriamente dita do centenário da Revolução Farroupilha, Rosa lançaria vários escritos sobre o evento, como o artigo *Separatismo entre os farrapos*⁷⁷, resultado de uma conferência, um Parecer sobre a obra de Alfredo Varella, em conjunto com Darcy Azambuja⁷⁸, ambos publicados na Revista do IHGRGS, e o livro *Vultos da epopeia farroupilha*⁷⁹, editado no ano daquela efeméride. Nessas obras, o autor reproduzia as principais características da construção discursiva historiográfica à época predominante, reforçando elementos como a heroicidade, o não-separatismo e a brasilidade dos farrapos.

Quanto a seus objetivos ao entabular aqueles escritos, Othelo Rosa esclarecia que, com a aproximação do centenário farroupilha, aumentara a curiosidade, em derredor dos “heróis do decênio”, de modo que buscava ir ao encontro desta curiosidade, divulgando os dados que conseguira coligir sobre os “tipos de maior relevo na

⁷⁷ ROSA, Othelo. *Separatismo entre os farrapos*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. IV trimestre, ano XIV. Porto Alegre: Globo, 1934a. p. 253-265.

⁷⁸ AZAMBUJA, Darcy & ROSA, Othelo. Parecer sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varella. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. IV trimestre, ano XIV. Porto Alegre: Globo, 1934b. p. 267-272. Darcy Azambuja (1903-1970), com formação em Direito, foi advogado, professor, promotor público, jornalista, Procurador Geral do Estado e Secretário do Interior do Rio Grande do Sul, regionalista, contista, romancista, historiador e jurista. Era membro do IHGRGS e pertenceu à Academia Rio-Grandense de Letras, segundo MARTINS. p. 51.

⁷⁹ ROSA, Othelo. *Vultos da epopeia farroupilha: escores biográficos*. Porto Alegre: Globo, 1935.

epopeia". Para Rosa, os que escreviam a história poderiam avaliar o quanto lhe custara carrear os materiais ali apresentados, colhidos penosamente em velhos diplomas, em crônicas esparsas e esquecidas em páginas dispersas de livros e revistas, em informações genealógicas, ainda não sistematizadas. Pretendia o autor, através da "paciente" reunião daqueles documentos, prestar uma contribuição a mais para o historiador de amanhã, constituindo-se este em seu único intento, esperando que o pouco que dava, de alguma coisa valesse⁸⁰.

O resgate da heroicidade dos farroupilhas estava, assim, dentre os intentos do autor, que considerava estar empreendendo um penoso e lento trabalho em direção à reabilitação da memória do farrapo, ao que estava se devotando para imprimir à comemoração que se aproximava um sentido superior, buscando esclarecer, definitivamente, a questão envolvendo o separatismo dos revolucionários, manifestando o desejo de elucidar um tema, esclarecendo-o, não com "interpretações apaixonadas" e sim, com o "argumento irrespondível" do documento e do fato. Othelo Rosa pretendia apresentar as razões "fundadas e lógicas" pelas quais recusava a tese do separatismo farroupilha, considerando esta como uma arguição "improcedente e injusta" e exortava que era tempo de limpar desta mácula a memória do farrapo⁸¹.

Seguindo a linha de Souza Docca, o escritor Othelo Rosa buscava desautorizar as teses platinista e separatista levantadas por Alfredo Varella, mormente no

⁸⁰ ROSA. 1935. p. 8.

⁸¹ ROSA. 1934a. p. 253, 262 e 264.

Parecer emitido sobre a obra deste, no sentido de depurar qualquer tipo de vínculo do IHGRGS com as premissas em questão. Para Rosa, os gaúchos não eram segregacionistas e eram brasileiros de origem lusitana, pois se fossem separatistas já teriam conseguido o seu ideal e, se fossem acastelhanados, já teriam acastelhanado o resto do Brasil. Diante destas convicções, o Parecer sobre a obra de Varella, era concluído como um libelo à brasilidade e ao não-separatismo dos farrapos, confirmando que o IHGRGS não dera solidariedade intelectual às ideias de Varella e, no tocante ao separatismo dos revolucionários, em manifestações anteriores e “inequívocas” havia o Instituto afirmado o seu pensamento, contestando-o e negando-o, o que envolvia também a recusa da influência platina no movimento farroupilha⁸².

⁸² ROSA. 1934b. p. 269 e 272. Ainda no Parecer, era afirmado sobre a obra *História da Grande Revolução* de Alfredo Varella: Em referência à debatida tese do separatismo, nenhuma dúvida pode existir, quanto à orientação do Instituto. Naquelas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solenidades e comemorações; na palavra de seus intérpretes oficiais, o Instituto tem reiterada e sistematicamente negado o seu apoio a essa opinião, esposada pelo Dr. Alfredo Varella, de que houvesse, no espírito dos revolucionários de 1835, a ideia da separação do Rio Grande do Sul, da comunhão nacional. Ao invés, tem reivindicado para os farroupilhas a integridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana-federativa, e que a proclamação do Seival, e a consequente independência da Província foi apenas um meio e não um fim (p. 271-272).

Alguns dos pressupostos caracteristicamente defendidos pelo discurso historiográfico oficial estiveram presentes na obra de Rosa, como na proposição da figura de um gaúcho libertário e heroico, origem dos ideais que teriam levado à deflagração da Revolução Farroupilha. Segundo o autor, os farrapos eram “varões excepcionais”, “admiráveis na bravura”, “impressionantes na tenacidade”, “assombrosos na inteireza moral”, devendo viver na memória do Rio Grande, como figuras da legenda, ídolos a que a “devoção cívica” da “alma gaúcha” deu tons misteriosos, quase místicos. Nesse sentido, o autor dedicou-se a entabular a biografia de alguns dos líderes rebeldes, de modo a apresentá-los de frente ao público, na “realidade luminosa da vida”, da sua “grande vida” de honra, de renúncia, de sacrifício, que os tornara “maiores”, verdadeiros “ídolos do Pampa”⁸³.

Dentre os personagens por Othelo Rosa biografados, Bento Gonçalves recebeu atenção especial, tendo sido praticamente incorporado à sua figura o espírito da Revolução, notadamente ao tratar do não-separatismo e do brasileirismo dos rebeldes. Para o escritor, Bento era a “encarnação maior” da “alma da gente continentina”, o “chefe dos chefes” e o “expoente magno” da revolução, portador de um “nobre e puríssimo” sentimento de brasilidade, que vibrava nos “conceitos admiráveis” desse “patriota insigne”⁸⁴. Rosa buscava identificar o líder farrapo com o conjunto da população gaúcha, argumentando que o líder preferia as lides campeiras, nas quais “se fez homem” e se enrijou,

⁸³ ROSA. 1935. p. 7-8.

⁸⁴ ROSA. 1934a. p. 260-261.

com “notórias” agilidade e destreza. Bento Gonçalves era descrito como o soldado por instinto que servira em favor do Brasil nas lutas do Prata, ou ainda como “intrépido”, de uma “atividade assombrosa”, conhecendo a primor o sistema destas guerras⁸⁵.

Na concepção do escritor gaúcho, Bento Gonçalves era o homem predestinado a liderar o “heroico decênio”, tornando-se “figura primacial” na época, de uma “popularidade incomparável” e “condensador” de todas as aspirações do povo do Rio Grande. Com a eclosão da guerra, a Província teria visto em Bento Gonçalves o “homem destinado” a dirigi-la, no seu movimento de reivindicação, de modo que o historiador descrevia o personagem como um militar de renome, com uma fé de ofício brilhantíssima, uma figura prestimosa em todos os recantos do Rio Grande, um “gaúcho autêntico”, de irradiante simpatia, de sentimentos muito claros e leais, um “valeroso guerreiro” que reunia todos os atributos essenciais à direção do surto insurrecional⁸⁶.

⁸⁵ ROSA. 1935. p. 14-17. Também sobre a suposta heroicidade de Bento Gonçalves, o autor destacava: Carreira sem dúvida notável a deste gaúcho que, simples paisano, conquistara por atos de bravura um oficialato de milícias; e depois, em uma série de vitórias, ingressara no Exército, com os galões de coronel! Já era então, Bento Gonçalves, um grande nome na Província. Homem simples, afável, galhardo, perfeitamente identificado com os sentimentos da sua gente, que se revia com orgulho naquela figura bizarra de guerrilheiro destemeroso e audaz, conquistara imenso prestígio (p. 19).

⁸⁶ ROSA. 1935. p. 21, 23 e 24. Ainda aparecem na narração de Rosa, como epítetos elogiosos ao Presidente da República Rio-Grandense: espírito sereno, conciliador, contrário sempre aos

O espírito federativo como um dos motores da Revolução também se fez presente no texto de Othello Rosa, para quem a revolta se dera contra a centralização, onde se localizava a causa primacial dos erros administrativos acumulados, surgindo o binômio – República e Federação –, ou seja, o “grande anseio farrapo”, o seu “luminoso” ideal de liberdade e de justiça. Nesse sentido, afirmava que a ação revolucionária não era antibrasileira, e sim antimonárquica e anticentralizadora. Ainda assim, o autor não reconhecia nesse aspecto uma prova do separatismo, pois, ao contrário, um dos primeiros atos dos rebeldes teria sido um apelo às províncias do Brasil, no sentido de adotarem o mesmo sistema de governo e federarem-se, com ideias orientadas sempre para a nacionalidade⁸⁷. Segundo Rosa, o liberalismo gaúcho tendia para a república e para a federação, não aceitando a “ferrenha centralização” monárquica e o “absolutismo”, de modo que o quadro social em que se foi processando o movimento insurrecional de 1835 teve como “denominador comum” a liberdade, a qual aproximava e conjugava para o “esforço heroico” da reivindicação farroupilha⁸⁸.

extremismos; fiel aos amigos na hora da provação e do sacrifício; destemeroso e enérgico nas lutas; musculoso e forte; ágil e destro no manejo de todas as armas; elegante, afável, cavalheiresco, conquistava rapidamente simpatias e amizades; homem no grande significado da palavra, capaz de atitudes definidas, de gestos heroicos, que não raro vizinhava o estoicismo (p. 28-29 e 32-33).

⁸⁷ ROSA. 1934a, 256-258.

⁸⁸ ROSA. 1935. p. 19-20.

A tese não-separatista é defendida à extenuação pelo autor, ao destacar que os documentos demonstravam que os farrapos, em “todos” os momentos, defenderam um ideal federativo que não excluía o Brasil, e, antes, compreendia e envolvia o país. O brasileirismo farroupilha, segundo esta concepção, estava presente mesmo após a proclamação da república, pois para chegar a esta forma e à federação – as “aspirações maiores” dos rebeldes – houvera “sempre” uma cláusula expressa e terminante – que ela se fizesse com as províncias do Brasil. Rosa definia assim que era para o Brasil que se voltaram “sempre” os farrapos e prova disto fora a pacificação, a última vibração da “voz augusta” do farrapo, nas coxilhas gaúchas, um “grito de nacionalismo” e uma expressão de seu amor pelo Brasil⁸⁹.

Quanto à brasilidade dos farroupilhas, Othelo Rosa explicava quem era o gaúcho da época do “decênio heroico”, quer seja, era o “próximo, límpido e direto” descendente do “velho e bom” sangue português, e, portanto, vinculado etnicamente à raça que povoava o Brasil. Simbolicamente, o autor lembrava que o único símbolo estadual que mantinha e conservava o verde e amarelo, as duas cores nacionais, as “duas cores emblemáticas” do Brasil, era o Rio Grande do Sul, numa direta herança da brasilidade farroupilha. Rosa considerava ainda que os farrapos eram um símbolo incorruptível de civismo e glória, pois, no “drama” da consolidação da unidade nacional não fora “nunca” o

⁸⁹ ROSA. 1934a, 259 e 262.

gaúcho um elemento negativo, e sim, um “operário pontual e desprendido” desta “obra magnífica”⁹⁰.

Othelo Rosa fazia assim uma aproximação entre o brasileiro dos gaúchos à época da Farroupilha, em 1835, para com os rio-grandenses de sua época, em 1935, segundo a concepção de que todos estiveram e estavam empenhados em prol do engrandecimento do Brasil. O escritor seguia a linha de história dos companheiros que o antecederam, Aurélio Porto e Souza Docca, bem como dos que lhe receberam ao ingressar no IHGRGS, ou seja, a história aparecia como a mestra da vida, estando repleta de exemplos dignificantes a serem seguidos e tendo uma utilidade prática imediata – exaltar heróis,

⁹⁰ ROSA. 1934a. p. 254, 259, 263 e 264. Em alusão ao centenário da Farroupilha, Othelo Rosa exclamava em sua conferência a contrariedade em relação às “teses separatistas”, afirmando: E é tempo, senhores, de limpar desta mácula a memória do farrapo. Comemorando o centenário da Revolução de 35, com a intensidade cívica que nos é inerente queremos fazê-lo com a serenidade de espírito que nos vem da certeza de que estamos, os homens de hoje, no Rio Grande, dentro do idealismo soberbo, que foi o apanágio dos homens de ontem, e que lança as suas profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira. Não fomos, em 1835, nem seremos, em 1935, o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembrando dos invioláveis deveres assumidos com a pátria. Antes, senhores, no fogão do gaúcho, aceso num galpão de estância, ou na linha sinuosa de uma coxilha, viveu sempre, e sempre palpitou, a imagem divina desta pátria, pela qual o rio-grandense tanta vez morreu, olhando bem de face os céus azuis, tranquilos, majestosos, que cobrem o Brasil todo. Façamos da hora da glorificação, a hora da justiça. É justiça, e apenas justiça, que do fundo de seus túmulos os farrapos pedem (p. 264).

estimular sentimentos patrióticos e redimensionar a situação do Rio Grande do Sul no contexto nacional. Mesmo após o seu afastamento como jornalista militante, Othelo Rosa, como seus antecessores, usou a história com fins políticos imediatos, pois, se deixara de debater através das páginas da *Federação*, assumiu funções de embate junto ao IHGRGS e, como historiador, militou politicamente, defendendo a brasilidade do Rio Grande do Sul e as suas origens lusitanas com a mesma radicalização com que apresentava seus princípios políticos⁹¹.

Walter Spalding foi um dos continuadores do discurso historiográfico que serviu à mitificação da Revolução Farroupilha. Spalding (1901-1976) foi professor, bibliotecário, Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de Porto Alegre, poeta, historiador, contista, genealogista, biógrafo, crítico literário, cronista e teatrólogo; pertencendo à Academia Rio-Grandense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e ao Instituto Brasileiro de Genealogia. Ao longo de sua carreira, o escritor publicou mais de duzentos títulos, grande parte dedicados à história regional⁹²,

⁹¹ GUTFREIND p. 76-77.

⁹² Biografia de Walter Spalding referenciada em: LAYTANO. p. 115-116.; MARTINS. p. 495-497.; e VILLAS-BÔAS. p. 432-436. Alguns dos trabalhos publicados por Spalding sobre o Rio Grande do Sul foram: *Farrapos* (1931), *Bento Gonçalves: republicanismo e separatismo* (1932), *Caxias e Bento Manuel* (1936), *Comércio, indústria e agricultura do Rio Grande do Sul* (1936), *Os Dragões do Rio Grande do Sul* (1936), *O Forte de Santa Tecla* (1937), *A Barra e a Lagoa dos Patos* (1937), *A Revolta dos Dragões do Rio Grande do Sul* (1937), *A Revolução Farroupilha* (1939), *Esboço histórico do município de Porto Alegre* (1940), *A invasão*

abordando em vários desses trabalhos a Revolução Rio-Grandense de 1835-1845. Dentre estes escritos estiveram um artigo publicado em 1932, intitulado *Bento Gonçalves, republicanismo e separatismo*⁹³ e o livro *A Revolução Farroupilha*⁹⁴, escrito em 1934 e editado em 1939. Tanto no ensaio de 1932, quanto na conclusão da obra de 1939, Walter Spalding deixava transparecer as marcas indelévels da construção discursiva historiográfica então reinante.

Em seus escritos, Spalding procurou esclarecer a sua visão a respeito do sentido da história, considerando a existência de dois modos de escrever a história, ou seja, um historiando os fatos, estudando-os e examinando-os

paraguaia nas fronteiras do Brasil (1940), *O Rio Grande do Sul da independência aos nossos dias* (1942), *Esboço bibliográfico de obras para o estudo do Rio Grande do Sul* (1942), *Pecuária, charque e charqueadores no Rio Grande do Sul* (1944), *Bibliografia da Revolução Farroupilha* (1944), *Farroupilhas e caramurus* (1944), *Osório e a Revolução Farroupilha* (1946), *Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival?* (1946) *A cooperação internacional na Revolução Farroupilha* (1946), *Arcaísmos portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul* (1947), *Visconde de São José do Norte* (1949), *Gênese do Brasil-Sul* (1953), *Dois vultos da história gaúcha: Xavier Ferreira e Onofre Pires* (1958), *Governadores do Rio Grande do Sul* (1958), *Uruguaios no Rio Grande do Sul* (1958), *Júlio de Castilhos e Deodoro da Fonseca* (1962) *A epopeia farroupilha* (1963), *Dom Diogo de Souza* (1963), *A fundação de Bagé* (1963), *Pequena história do município de Porto Alegre* (1967) e *Construtores do Rio Grande do Sul* (1969).

⁹³ SPALDING, Walter. *Bento Gonçalves, republicanismo e separatismo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1932. p. 41-52.

⁹⁴ SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1982.

à luz de documentos e provas; e outro, imaginando-os e descrevendo-os a seu bel prazer, satisfazendo apenas suas tendências e caprichos, contrariando provas e fatos. O autor considerava estes últimos os “fazedores” de história, pois, sem maiores estudos, escrevem a “sua” história, feita “a machado”, cheia de erros, vícios e mentiras, aparecendo verdadeiras excrescências, que os menos cuidadosos aproveitavam para novos trabalhos, perpetuando uma mentira, uma calúnia, uma infâmia, e ocultando outras, com o fim único de desvirtuar, despistar os trabalhadores, os estivadores da história. Fica claro que também Walter Spalding estabelecia suas perorações como uma resposta àqueles que apontavam para o separatismo da Revolução Farroupilha, considerando que a “maquinação separatista” só existia na fantasia de romancistas e poetas, uma vez que a história não a registrava⁹⁵.

Insistindo na tese do não-separatismo, o escritor buscava explicar que havia historiadores que não admitiam o brasileiro como uma das características dos farrapos, mas afirmava que não podia compreender como tais historiadores conseguiam, à vista de tantos documentos autênticos da época, propugnar a desnacionalização da revolução farrapa. Segundo Spalding, tais historiadores ou não eram sinceros e agiam sob a influência de elementos estranhos, ou viam estrabicamente, ou ainda não conheciam, embora escrevessem volumes e volumes, a história do Rio Grande do Sul e, principalmente, a da Revolução de 1835. Discordando diametralmente dos “separatistas”, o escritor considerava que a revolução, “verdadeira

⁹⁵ SPALDING. 1932. p. 41 e 46.

epopeia”, teve um sentido profundamente nacional, provado através de farta documentação⁹⁶.

Utilizando-se de documentos e de vários escritos como os de Alfredo Ferreira Rodrigues, Walter Spalding buscava incorporar os princípios da brasilidade e do não-separatismo na figura de Bento Gonçalves da Silva. Quanto às acusações de republicanismo e separatismo feitas ao líder revolucionário, Spalding reagia energicamente, explicando que, apesar de servir e atuar como presidente de uma república, Bento Gonçalves não nutria sentimentos verdadeiramente republicanos, sendo imperialista de coração, de modo que somente as circunstâncias o obrigaram a declarar-se republicano. Para o autor, de separatismo, nem o “mínimo sinal” encontrava-se junto aquela personagem, afirmando ainda que nem mesmo o movimento de 35 teve cunho separatista, prevalecendo, até o recrudescimento da “opressão” do governo central, as ideias de unidade e de intensa brasilidade⁹⁷.

Spalding seguia a tese de que, à época da Farroupilha, pouco importava a questão da forma de governo, pois o fim da revolta não era a república e menos ainda o separatismo, mas simplesmente, reivindicações de direitos e liberdades⁹⁸. Na mesma perspectiva, o historiador ressaltava a brasilidade e a dedicação dos gaúchos ao todo nacional, e defendia que o fim da revolução fora unicamente desoprimir a Província, afastar dela elementos antinacionalistas e livrá-la de influências estrangeiras e, como ela, todo o

⁹⁶ SPALDING. 1982. p. 83.

⁹⁷ SPALDING. 1932. p. 45.

⁹⁸ SPALDING. 1932. p. 49.

Brasil. Continuava o escritor, explanando que dentre os anelos dos rebeldes estava o de “nacionalizar a pátria”, criando dentro dela o verdadeiro amor à terra natal, fazendo-a grande e respeitada, completamente independente e capaz, por si só, de conhecer a grandeza de sua missão entre as nações livres e, finalmente, criando a verdadeira nacionalidade, entregando o Brasil aos brasileiros. Opinava ainda que fora somente depois de pacificada a Província que começou a notar-se em todo o Brasil esta “brasilidade fecunda” que fora o apanágio dos últimos anos do império, já que nenhuma outra revolução calara tão profundamente na consciência nacional como a dos farrapos, pois eles souberam querer e, de armas na mão, mostraram ao Brasil e ao mundo como se combatia por um ideal e como se amava, deveras, a pátria⁹⁹.

No texto de Walter Spalding, heroísmo e brasilidade encontram-se articulados no intento de explicar o conteúdo nacional da Revolução Rio-Grandense. Na concepção do autor, os “valentes farrapos” foram os pioneiros na campanha brasilista e nativista, pois fora preciso que os rebeldes ao grito de “liberdade ou morte” fizessem o Brasil meditar no seu destino; bem como fora preciso que os farrapos, numa “peleia titânica” de dez anos, propagassem aos quatro ventos os seus anseios de liberdade e dissessem ao Brasil que dele se separariam se não cultivasse, também ele, o verdadeiro patriotismo, se não se nacionalizasse. Nesse sentido, para Spalding, a maior das vitórias da Revolução Farroupilha fora a de incutir no Brasil o amor à nacionalidade, juntamente do ideal federativo, isto é o

⁹⁹ SPALDING. 1982. p. 81.

“sentido nacional da revolução”. Buscando legitimar suas asserções através dos documentos, o autor descrevia que muito ainda poderia citar para provar o sentido nacional, a intensa brasilidade do “grande movimento democrático brasileiro” que fora a Revolução Farroupilha¹⁰⁰.

Escrevendo à época do centenário farroupilha, Spalding concluía seu trabalho ao exortar que, a partir de tudo que dissera, pelas causas que a provocaram, pela sua finalidade, e mesmo pela proclamação da república e independência da província, não houvera revolução mais justa e mais nacional que a de 1835. Justificava sua asseveração afirmando que nessa revolta, lutando pelo ideal federativo, auxiliados por um pequeno número de paulistas, mineiros, fluminenses e pernambucanos, “jamais” esqueceram os farroupilhas a “grande pátria brasileira”, que lhes não saía do coração e tinham sempre na lembrança. Para o autor, em tudo e por tudo, os farroupilhas procuravam a grandeza e felicidade do Brasil, a sua unidade e liberdade integral, que, na sua “exaltação patriótica”, viam somente, e com “justa razão”, no ideal que defendiam e pelo qual batalhavam: a *república federativa*¹⁰¹.

Assim, Walter Spalding, ao longo de seus escritos, manteve o projeto de um modelo de mitificação e heroicização em torno da Revolução Farroupilha, insistindo na tese do não-separatismo e da brasilidade, alocando sua obra no conjunto da construção discursiva historiográfica então vigente. Ainda que apresentasse certas discrepâncias em seus textos escritos em 1932 e

¹⁰⁰ SPALDING. 1982. p. 82, 83 e 85.

¹⁰¹ SPALDING. 1982. p. 87.

1934, restringindo o republicanismo dos farrapos, mormente de Bento Gonçalves, no primeiro, e assimilando a tese do republicanismo federativo no segundo, o autor, pela representatividade que o conjunto de sua obra adquiriria no contexto historiográfico rio-grandense-do-sul, contribuiria decisivamente na divulgação dos ditames do discurso historiográfico oficial. Interagindo e reproduzindo as ideias dos historiadores seus contemporâneos, Spalding daria passos decisivos na consolidação da rede discursiva que se entabulava nos anos trinta.

Mais um dos autores que se dedicou a entabular uma visão mítica para a história sul-rio-grandense foi Fernando Luiz Osório que, nos anos trinta, dedicou especial atenção à Revolução Farroupilha. Fernando Osório (1886-1947), escritor pelotense, era Bacharel em Direito, atuando também como sociólogo, musicista, ensaísta, romancista, historiador e biógrafo. Osório bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (1910), atuando como advogado em sua cidade natal, catedrático de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito de Pelotas, foi ainda fundador e diretor da Academia de Comércio da mesma cidade, professor do Ginásio Pelotense, diretor da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, presidente da Biblioteca Pública Pelotense, membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹⁰².

¹⁰² Dados biográficos do autor extraídos de: MARTINS. p. 413-414.; e VILLAS-BÔAS. p. 354-356. Dentre os escritos de Fernando Osório sobre a formação rio-grandense destacam-se: *História do General Osório* (1915), *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão* (1922), *Sociogênese da Pampa Brasileira: concepção e*

A preocupação em abordar aspectos culturais e a busca por dar um caráter “sociológico” a suas obras foram características marcantes do trabalho de Fernando Osório, também presentes entre os vários ensaios escritos acerca da Revolução Rio-Grandense de 1835, caso de *A graça e o lirismo heroico dos farrapos*¹⁰³, de 1935 e *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos*¹⁰⁴, publicado no ano seguinte, em anais de evento patrocinado pelo IHGRGS. No primeiro artigo, Osório buscava demarcar uma inter-relação entre poesia e cultura nas “heróicas ações” dos rebeldes¹⁰⁵ e, no

trato dos estudos rio-grandenses, a orientação do povo gaúcho (1927), *Traços eternos do Rio Grande* (1928), *Gigante que cresce* (1928), *Legenda dos Dragões* (1928), *Legenda continentina* (1929) *Um gaúcho brasileiro* (1930), *Fogo morto* (1930), *O encanto dos salões* (1931), *Flama garibaldina* (1932), *A balança e o crucifixo* (1933), *A Guerra dos Farrapos* (1935), *Mulheres farroupilhas* (1935), *A graça e o lirismo heroico dos farrapos* (1935), *Os supremos objetivos de 1835* (1935), *A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos* (1936), *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos* (1936), *A epopeia dos fronteiros* (1937), *O rincão de Pelotas* (1937), *Sangue e Alma do Rio Grande* (1937), *A formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande do Sul* (1937), *A trincheira de Castilhos* (1937), *A Guerra Guaranítica* (1937) e *O destino do Rio Grande e seu patriarca* (1937).

¹⁰³ OSÓRIO, Fernando Luiz. *A graça e o lirismo heroico dos farrapos* – separata da Revista do IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1935.

¹⁰⁴ OSÓRIO, Fernando Luiz. *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos*. In: *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2. p. 45-76.

¹⁰⁵ Para Moacyr Flores, Fernando Luiz Osório usava linguagem pedante e discursiva, empregando neologismos, considerando ainda que Osório, apesar de usar uma

segundo, intentava apontar os fatores que levaram à deflagração do movimento. Em ambos, as teses do não-separatismo e da brasilidade se fizeram presentes. Ainda que argumentasse que fazia uma “história sociológica”, o autor incorria nas mesmas formas de escrita dos historiadores seus contemporâneos, utilizando-se da história como a mestra da vida que serviria para orientar, através dos exemplos dos grandes personagens, as várias gerações.

Para Osório, a visão de conjunto era a condição filosófica da sociologia, de modo que, para dar sentido à jornada de 35 era necessária a fidelidade à lógica dos acontecimentos que determinaram e condicionaram tão “soberbo empenho regenerativo” na América de origem lusa. De acordo com sua concepção, o que importava era realçar a “retumbante fama da falange farrapa”, em seu sentido sociológico, no seu timbre ocidental, na vera história democrática do Novo Mundo. Considerava importante destacar os “traços culturais” do movimento, para que todos os “bons brasileiros” pudessem conscientemente bendizer e exaltar, no estrelário da “glória nacional”, os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, os supremos objetivos, as diretrizes efetivas, a que se votaram, com “inteireza moral”, pelas armas e pelo coração, subordinando a espada à inteligência, os evidentes “paladinos de Piratini” os “gigantes maltrapilhos”, os “descendentes de Tróia”, que, das “coxilhas visionárias”, para não

metodologia positivista, empreendia obras de caráter mais literário do que histórico. FLORES. p. 40.

serem escravos na sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da pátria¹⁰⁶.

Um verniz de erudição e a forte influência dos ditames positivistas foram marcas registradas na obra de Fernando Luiz Osório, estando também presentes nos escritos sobre a Farroupilha. Nesse sentido, o escritor cita uma variada gama de autores, sem maiores identidades entre si, mas cujos nomes, por si só, deveriam demonstrar o cabedal de leitura de Osório, que escrevia sobre a hegemonia teórica do positivismo. Dentro da perspectiva comtiana de uma evolução das sociedades, Fernando Osório apontava para a ausência de espírito épico no “populário” gaúcho, demarcando que somente em 35 os “aedos guascas” começaram a narrar feitos bélicos. Segundo o historiador, os povos progrediam do estado psicológico, subjetivo, para o objetivismo, na evolução do pensamento, sendo assim, natural que os rio-grandenses comessem pela poesia lírica, espontânea e simples, chegando, posteriormente, a complexidades maiores, como no caso do “decênio farroupilha”¹⁰⁷.

Vários dos elementos constitutivos do discurso historiográfico então hegemônico se fizeram constantes nos trabalhos de Osório, caso da tese de um Rio Grande do Sul essencialmente português e brasileiro e não-platino e do mito da “democracia rio-grandense”, pela qual as desigualdades sociais eram abrandadas nas terras meridionais. Além destas, insistia na asseveração de que o caudilhismo não se fizera presente nas terras gaúchas e, portanto, não fora uma das características da Revolução

¹⁰⁶ OSÓRIO. 1936. p. 45.

¹⁰⁷ OSÓRIO. 1935. p. 26-29.

Farroupilha. Assim, além de demarcar a aura poética que, em sua versão, cercava os atos dos rebeldes, o autor buscou destacar a definição dos mesmos sobre os deveres do homem livre, bem como a “inteireza moral”, o “espírito de renúncia e sacrifício”, o antimilitarismo e o não-caudilhismo, a brasilidade, o amor ao ensino e à educação, a religiosidade, o americanismo, o humanismo e a tenacidade como características peculiares aos “heróis farrapos”.

Nesse quadro de heroicidade, Osório afirmava que os farrapos tinham brio e pundonor, verdadeiro culto pela palavra dada e profundo respeito pelas virtudes morais, além de uma “límpida honestidade”, uma vez que os principais chefes entraram para a revolução abastados e saíram paupérrimos, em sinal de sua abnegação, pois eram os homens de 35 cheios de um “grande espírito de renúncia”. O autor também destacava a fé cristã dos farrapos, os quais teriam alto bradado o seu credo, distinguindo-se, na quadra revolucionária, tanto pela moralidade quanto pelo civismo. Para o escritor, os “bravos defensores do sonho democrático”, os “paladinos de Piratini” mereceriam as consagrações públicas, através da “capacidade venerante” do povo rio-grandense, pela espontaneidade em cultivar a memória daqueles que teriam se sacrificado pelos outros, por ato de “heroísmo cívico”¹⁰⁸.

O brasileiro como fundamento da revolução também ficou demarcado na obra de Fernando Osório, para quem as relações entre o homem e o meio trouxeram como resultantes o “surto de democracia” que embebera de brasilidade, do espírito de humanismo

¹⁰⁸ OSÓRIO. 1936. p. 53-55, 70 e 74.

e do coração da América o “equilíbrio do gênio rio-grandense”¹⁰⁹. Para o escritor, a proclamação da república no sul não representara um ato de separatismo e sim tivera a dupla missão de ligar por “princípios superiores” os rio-grandenses e convocar os outros brasileiros para a “grande obra” da livre organização da pátria comum. Explicava que a revolução, pretendendo o reconhecimento dos princípios liberais, promovera a separação do Rio Grande, como um meio de se constituir a república no Brasil, formando-se um modelo “republicano, federativo e democrático”. O historiador citava ainda como exemplos da brasilidade dos rebeldes a não efetivação de alianças com as repúblicas vizinhas e a participação de numerosos brasileiros, “filhos de outras províncias” na defesa da causa farroupilha¹¹⁰.

Destacava Osório que não podia deixar de ser a epopeia dos farrapos o reflexo dos dotes de alma de todos os “ínlitos guerrilheiros do Pampa”, isto é, da “alma brasileira” dos rio-grandenses, de modo que o movimento não perdesse nunca o seu caráter eminentemente nacional, apoiando-se em elementos e em política essencialmente brasileiros. Respondendo a outras vertentes então existentes, Fernando Luiz Osório defendia que, durante a Farroupilha, não houvera “castelhanismo nem separatismo”, prevalecendo a orientação da “grande alma brasileira” dos gaúchos, vencendo aqueles que se bateram por “grandes ideais”, abrindo-se “refulgentes páginas de bravura”, de renúncia, de patriotismo, de sacrifícios e de padecimentos que os farrapos escreveram, “assombrosos

¹⁰⁹ OSÓRIO. 1935. p. 5.

¹¹⁰ OSÓRIO. 1936. p. 59-63.

da inteireza moral” e “impressionantes na tenacidade”¹¹¹.

Nesse sentido, o caráter heroico e o brasileirismo aparecem irmanados na obra de Fernando Osório, para quem não se poderia macular a Farroupilha, atribuindo-lhe caráter separatista, uma vez que a guerra civil dos farrapos já teria recebido o consenso de ter sido um “mal necessário”, para que se pudesse associar à glorificação dos “melhores amigos da paz”, compreendendo-se que os rebeldes foram “grandes guerrilheiros” porque eram “grandes brasileiros”, da “mais brasileira das revoluções”. Destacava o autor aqueles “dez anos de heroicidade”, entre o dia que, “por patriotismo” começou a eclosão de uma raça e o dia em que, “também por patriotismo”, foi concluída a “página de ouro” dos anais gaúchos, quando no coração daqueles rio-grandenses, bateu mais alto o pendão nacional em oposição ao “caudilho Rosas”. Enaltecia ainda os “heróis continentinos”, os “padroeiros” da dignidade e do civismo, os quais, lutando para não serem escravos na sua própria casa, puderam dormir o “perpétuo sono da glória”¹¹². Segundo o historiador, a Farroupilha fora o mais interessante, empolgante, instrutivo e completo dos movimentos cívicos operados no Brasil, em exemplos de estoicismo e largueza de descortino em favor da democracia, de modo que os descendentes dos farrapos legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela¹¹³.

¹¹¹ OSÓRIO. 1936. p. 63, 70 e 73.

¹¹² OSÓRIO. 1935. p. 11, 54 e 56.

¹¹³ OSÓRIO. 1936. p. 75-76.

Embasado em suas abordagens predominantemente culturais e pretensamente empreendendo uma história de cunho “sociológico”, Fernando Luiz Osório não fugiu à regra em relação ao discurso historiográfico oficial. O enaltecimento dos heróis farroupilhas, a absoluta negação à influência do “castelhanismo” na formação rio-grandense, a refutação do caráter separatista, e a síntese de um Rio Grande do Sul brasileiro, no qual a Farroupilha representava o ponto alto desta brasilidade, foram elementos marcantes na obra de Osório. Umbilicalmente ligado à construção historiográfica hegemônica, o escritor contribuiria para a continuidade de um projeto que intentava criar a imagem de um Rio Grande – tanto à época da Guerra Civil de 1835, quanto nos tempos presentes marcados pelo contexto da Revolução de 1930 – prenhe em bravura, heroísmo, civismo e, acima de tudo, brasileirismo. Além disto, Fernando Osório contribuiria com a difusão do discurso historiográfico oficial, ao lançar mão de aspectos até então pouco abordados, como a arte, a poesia, a participação da mulher e aquilo que denominava de “lirismo heroico” dos farrapos, que serviram, de certo modo, até mesmo para popularizar aquele discurso.

Desse modo, a Revolução Farroupilha passaria a constituir a pedra de toque do discurso historiográfico que predominou no Rio Grande do Sul desde a virada dos anos vinte aos trinta, perdurando por várias das décadas seguintes. Esta hegemonia discursiva, apesar de vozes discordantes¹¹⁴, foi tão marcante que acabou adquirindo pendores de historiografia oficial,

¹¹⁴ A respeito do debate entre o discurso historiográfico oficial e essas vertentes discordantes, ver: GUTFREIND. p. 145-149.

demarcando espaços e estabelecendo axiomas, mormente aqueles ligados à negação do separatismo e do platinismo na Revolução Rio-Grandense de 1835, a qual teria por marca registrada a brasilidade, mesmo diante das ambiguidades e idiossincrasias presentes nessas premissas, que negavam um caráter separatista a um movimento que promoveu uma ruptura institucional em relação ao Estado Nacional.

O discurso historiográfico oficial fazia parte de um projeto bem mais amplo, visando a inserção, a identidade e a aceitação de um Rio Grande do Sul essencialmente nacional no seio da comunhão brasileira. Nessa linha, aparentemente, preparava-se o centenário do movimento farroupilha, mas, em essência, dava-se um passo adiante na tarefa de extirpar opiniões desabonadoras sobre o estado sulino, originárias do século XIX, provocadas por esta Revolução. Moveu-se um esforço fantástico, cada vez mais intenso, que deu seus primeiros frutos, ao depurar-se a história do Rio Grande do Sul, privilegiando o seu pioneirismo político, seu brasileirismo, sua luta em prol de uma grande nação, de modo que o estado sulino irmanava-se aos demais, realizando-se uma releitura da Revolução Farroupilha¹¹⁵.

De acordo com esta perspectiva, a história se tornava essencialmente pragmática, servindo a um fim político-partidário, louvando um determinado estado de coisas ou denegrindo-o¹¹⁶. Nessa época, a história esteve a serviço da política de uma forma direta e imediata, pois, a partir do nacionalismo ascendente e do esforço de grupos políticos gaúchos em se lançarem à liderança

¹¹⁵ GUTFREIND. p. 43.

¹¹⁶ PESAVENTO. p. 76.

nacional, ela foi tomada como escudo e bandeira de batalha. Desta maneira, a ciência histórica que muitos diziam sagrada, tornou-se profana e parcial, mostrando-se impregnada de desígnios políticos, num quadro historiográfico onde os discursos revelaram a aparência que os historiadores desejam lhes dar, quer seja, a prática de sua construção comprovou sua utilização a serviço de um programa político e econômico-social¹¹⁷.

Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa, Walter Spalding e Fernando Luiz Osório foram alguns dos próceres do discurso historiográfico oficial que promoveu a mitificação da Revolução Farroupilha, não sendo, no entanto, os únicos, existindo vários outros historiadores que acompanharam as ideias daqueles, promovendo a sua reprodução e continuidade, num processo que criaria certas premissas que passariam a ser encaradas como verdades inquestionáveis, com um caráter quase sagrado e inviolável. Apesar das várias contradições existentes nesse discurso, através da constante repetição e da execução de um projeto pragmático, ele acabaria por adquirir um caráter unívoco, servindo à causa dos novos detentores do poder em seus intentos de legitimação de um Rio Grande do Sul – e, portanto, dos governantes sul-rio-grandenses – acima de qualquer suspeita, buscando dar feições científicas a um plano político que substituiu a imagem de um estado diferente e até separatista, pela de uma unidade associada e fraterna ao brasileiro¹¹⁸.

¹¹⁷ GUTFREIND. p. 24.

¹¹⁸ Texto revisado a partir de: *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 61-108.

A Revolução Farroupilha nos escritos de Carlos Dante de Moraes

A ascensão do Rio Grande do Sul no cenário político nacional, na virada da década de vinte à seguinte, a partir das tratativas pela formação da Aliança Liberal e, posteriormente, na fermentação e eclosão da Revolução de 1930, traria em seu seio a elaboração de um bem-arquitetado projeto que visava à manutenção do poder em mãos dos novos governantes, em um quadro que evoluiria até a conjugação do golpe do Estado Novo, o qual, sob o regime ditatorial, garantiu a continuidade da posse do poder. Getúlio Vargas e o grupo que o cercava, ainda que pertencentes aos tradicionais grupos oligárquicos, buscavam aparecer como segmentos inovadores e modernizadores, que traziam as devidas respostas aos desafios dos novos tempos, sobretudo diante dos efeitos da crise mundial de 1929. Segundo os governistas, em oposição à arcaica República Velha apareceria uma “Nova”, pronta a levar o país aos caminhos do progresso e do desenvolvimento.

De acordo com essa perspectiva, se desencadearia uma meta de transformar a imagem do Rio Grande do Sul diante do restante do país. *Pari passu*, se desenvolveria no estado um projeto cultural com fortes reflexos no campo historiográfico, pelo qual o maior

intento era apresentar o Rio Grande do Sul como uma unidade completamente integrada ao todo nacional, buscando eliminar certas visões que tendiam a enxergar o Rio Grande com certa desconfiança, tendo em vista possíveis caracteres excludentes e separatistas. Essa linha de pensamento objetivava apresentar um Rio Grande do Sul acima de tudo brasileiro, que não sofrera influências externas – muito menos de seus vizinhos platinos – e que lutara sempre para manter-se inserido na fraternidade brasileira. Verdadeiras alquimias discursivas seriam então entabuladas no sentido de edificar-se essa brasilidade, e a Revolução Farroupilha desempenharia papel crucial na construção desse discurso, sendo “apagado” o seu fundamento separatista e criado o arquétipo de luta de todos os sul-rio-grandenses pela liberdade e contra a tirania. Além disso, a Farroupilha seria elevada ao cume dos eventos cívicos sul-rio-grandenses, ou ainda como o ponto máximo da história do Rio Grande do Sul, diante do qual todos os demais acontecimentos deveriam gravitar. Formava-se um discurso historiográfico que atingiu tamanha magnitude e apoios institucionais a ponto de poder ser considerado como oficial. Essa construção historiográfica se consolidaria e se difundiria através dos decênios seguintes, criando premissas que se transformariam em praticamente verdades absolutas e inquestionáveis, em um processo de constantes reproduções que formaria uma rede discursiva de extraordinário alcance.

Esse discurso historiográfico deitaria raízes profundas ao longo das décadas seguintes, encontrando um extremado número de seguidores, dentre eles, Carlos Dante de Moraes, autor de escritos que, muito a contento, se enquadraram naquela rede discursiva.

Dante de Moraes nasceu na cidade gaúcha de Santa Maria, em 1909, vindo a falecer em 1982. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre. Tornou-se Bacharel pela Faculdade de Direito da mesma cidade, em 1927. Atuou como redator do jornal *A Federação*, colaborando com vários outros periódicos ao longo de sua vida. Foi funcionário público, tendo ocupado altos escalões, trabalhando como Oficial de Gabinete do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Chefe da Casa Civil do Governador, funcionário da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul e Procurador do Estado, cargo em que se aposentou. Como escritor, foi crítico, sociólogo e ensaísta. Foi co-fundador da Fundação Eduardo Guimaraens e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹¹⁹.

O grande mote da produção intelectual de Moraes esteve ligado ao estudo da literatura. Segundo Dante de Laytano, o autor se voltou para os problemas do passado sociológico do Rio Grande do Sul, trazendo para a análise dos fatos da evolução rio-grandense sua formação de crítico literário, o que lhe teria facilitado a interpretação no sentido filosófico do conteúdo devassado à luz de um exame em amplas condições de

¹¹⁹ Dados biográficos obtidos a partir de: LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*: levantamento crítico. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, IFCH-UFRGS, 1979. p. 224-225; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 378-379; VILLAS-BÓAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*: autores. Porto Alegre: "A Nação", Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 328-329.

perspectivas, segundo a bibliografia impressa. Laytano destacava ainda o papel cultural de Dante de Moraes, descrevendo que o escritor frequentava as páginas do *Correio do Povo* e outros órgãos da imprensa, aparecendo em todos os principais movimentos literários do Rio Grande do Sul e ocupando posição de prestígio na crítica literária¹²⁰. Guilhermino César, por sua vez, no que tange à carreira literária do escritor, explicava que Carlos Dante de Moraes estava situado cronologicamente na geração modernista, embora não tenha sido ardoroso defensor de nenhuma de suas correntes de vanguarda, uma vez que neste, como em outros assuntos, sempre divergiu do espírito de capela, seguindo, assim, uma linha crítica de influência psicológica e estética antinaturalista¹²¹.

Entre as obras de Carlos Dante de Moraes, podem ser citadas: *Viagens interiores* (1931), *Tristão de Ataíde e outros estudos* (1937), *A inquietação e o fim trágico de Antero de Quental* (1939), *Aspectos psicológicos do romantismo* (1939), *Algumas reflexões sobre Rimbaud* (1939), *Arte e espiritualismo* (1942), *Álvares de Azevedo e o romantismo* (1945), *O Eça das prosas bárbaras* (1945), *Tapes e guaranis sob o regime jurídico* (1947), *Jackson de Figueiredo, introspectivo e romancista* (1947), *Trinta e cinco e noventa e três* (1951), *Condições histórico-sociais da literatura rio-grandense* (1954), *O povo rio-grandense nas vésperas de 35* (1954), *Figuras e ciclos da história rio-grandense* (1959), *Três fases da poesia* (1960) *Vocação criadora do homem* (1968-9), *A*

¹²⁰ LAYTANO, 1979, p. 224-225.

¹²¹ CESAR, Guilhermino. Prefácio. In: MORAES, Carlos Dante de. *Alguns estudos e um fragmento de autobiografia*. Porto Alegre: Metrópole, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 10.

literatura no Rio Grande do Sul (1969), *Crime e castigo* (1969), *O poeta Carlos Drummond de Andrade* (1969), *O movimento regionalista de Recife e o modernismo* (1970) e *Reações espiritualistas dentro do modernismo* (1970)¹²².

Ainda que tenha se dedicado mais amplamente à crítica literária, Dante de Moraes também atuaria no campo da história, colaborando na reedificação de pressupostos de construções discursivas historiográficas já vigorantes. Fazendo referência à Revolução Farroupilha, destinaria pelo menos dois de seus trabalhos. O primeiro foi o artigo “Trinta e cinco e noventa e três”¹²³, publicado em 1952, na revista *Província de São Pedro*, editada pela Globo e com significativo alcance e dispersão entre o público leitor. Mais específico sobre o tema, o segundo foi o texto da palestra “O povo rio-grandense nas vésperas de 35”¹²⁴, publicado dois anos depois, por ocasião da primeira série dos *Fundamentos da cultura rio-grandense*, série de conferências organizadas pela Universidade do Rio Grande do Sul, cujo objetivo era reunir representantes da intelectualidade gaúcha de então para discutir temas candentes da história sul-rio-grandense, em um conjunto

¹²² MARTINS, 1978, p. 378-379; VILLAS-BÔAS, 1974, p. 328-329.

¹²³ MORAES, Carlos Dante de. Trinta e cinco e noventa e três (aspectos de psicologia social e política). *Província de São Pedro*, Porto Alegre: Globo, n. 17, p. 8-29, 1952.

¹²⁴ MORAES, Carlos Dante de. O povo rio-grandense nas vésperas de 35. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1954. 1ª série. p. 31-60.

de atividades das quais resultaria a edição de anais. Apesar do destaque que Dante de Laytano deu à obra de natureza histórica de Moraes, tendo em vista que sua formação de crítico literário lhe teria possibilitado uma interpretação filosófica do conteúdo histórico, e mesmo que o próprio autor tivesse se proposto, no primeiro ensaio, uma abordagem dos “aspectos de psicologia social e política”, o que se pode observar no que tange à Farroupilha é a reprodução das premissas que o discurso historiográfico oficial vinha plasmando desde a virada dos anos vinte aos trinta¹²⁵.

Nesse quadro, os escritos de cunho histórico de Carlos Dante de Moraes frutificaram ainda sob a égide de um discurso historiográfico que se tornaria predominante no contexto gaúcho, o qual visava a demonstrar o caráter essencialmente brasileiro do Rio Grande do Sul, as raízes nacionais da mais meridional unidade e que negligenciava e até preteria as influências platinas na região. Nessa perspectiva historiográfica, a Revolução Farroupilha ganharia amplo destaque, pois, eleita como o apanágio máximo da “civilização” gaúcha, viria a ser guindada ao mais alto patamar entre os fatos que constituem o panteão das datas cívicas sul-rio-grandenses. A historiografia exerceria um papel crucial na elevação do *status* histórico da guerra civil, elegendo heróis, romantizando acontecimentos e enaltecendo

¹²⁵ Ver: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992; TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

feitos, os quais deveriam ser utilizados como exemplos para as gerações vindouras. Em um processo de constantes recorrências, muitos dos elementos desse arcabouço historiográfico viriam a ser encarados como absolutas verdades históricas, contribuindo decisivamente para a criação mítica da Revolução Farroupilha¹²⁶.

Inserido nesse contexto, Dante de Moraes reproduziria alguns desses axiomas, utilizando a Farroupilha como referencial para os demais eventos da história sul-rio-grandense. Moraes colocava a Guerra Civil de 1835-1845 colocava como ponto de inflexão histórica na passagem dos tempos coloniais aos do Estado Nacional. Explicava que, à primeira vista, sem exame mais demorado dos princípios que norteavam seus dirigentes, poderia parecer que o levante farroupilha deveria ter sido uma verdadeira rebelião dos instintos, tendo em vista o quadro sangrento que à época predominava nas vizinhas repúblicas do Prata. A esse fator, adicionava a perspectiva de que, até as vésperas de 35, o Rio Grande de São Pedro fora apenas uma força bravia conduzida e utilizada na defesa do território e na consecução de fins políticos pela Coroa Lusa e, depois, pelo Império Brasileiro¹²⁷. Segundo o autor, apesar desses indicativos, a influência platina e o furor da violência desenfreada não viriam a ser vigorantes durante o decênio farrapo.

O escritor iria buscar as raízes da Farroupilha no passado colonial, tecendo fortes críticas à política metropolitana lusa, ao demarcar que à época da

¹²⁶ ALVES, 2004, p. 45.

¹²⁷ MORAES, 1952, p. 10-11.

formação do Rio Grande de São Pedro houvera grande desproporção do fraco e exíguo aparelhamento oficial ante uma empresa de tamanha envergadura como a proposta para o extremo-sul. Explicava que a Metrópole somente mobilizava grandes recursos quando as circunstâncias de guerra lhe impunham providências de caráter tão urgente que a sua protelação importaria em perda de território, do contrário a sua ação teria sido lenta, morosa, descontínua, entretanto nunca arrefecia a voracidade arrecadatória. Nesse quadro, defendia o escritor que teria surgido uma sociedade até certo ponto autônoma, de modo que, no início do século XIX, já estariam bem definidos e caracterizados os grupos sociais do povo rio-grandense¹²⁸.

Ressaltando o papel do militarismo na formação gaúcha, Carlos Dante de Moraes destacava que a “vaga” Capitania d’Rei, interposta entre dois domínios expansionistas, estaria fadada a ser um campo de lutas, um cenário áspero onde se digladiaram os intuítos e empreendimentos políticos e econômicos das duas nações peninsulares. Segundo ele, essa conjuntura, assentada em campinas vastas e ricas de gado alçado, propiciara a formação de uma sociedade de pastores guerreiros, cujos sentimentos e aspirações caminhariam em um sentido cada vez mais autonomista. De acordo com o escritor, junto dessa sociedade surgiria um processo tumultuoso, sulcado de injustiças tremendas, mas animado de um ímpeto, de uma energia insofrida, a única que seria capaz de lançar a sementeira humana no

¹²⁸ MORAES, 1954, p. 33-34.

deserto, disputando os campos de criação ao adversário duro e hostil¹²⁹.

Ao analisar os tempos coloniais, o autor dava amplo destaque ao papel central dos estancieiros na consolidação da sociedade gaúcha. Para Moraes, a Metrópole só poderia a esses elementos confiar com maior eficiência a concretização dos seus planos de conquista e apropriação daquela terra deserta e contestada, uma vez que os estancieiros seriam homens fagueiros, muitos deles senhores de cabedais que, por sua conta e risco, se instalavam no descampado, de modo que a Coroa, concedendo a cada um algumas léguas de sesmarias, sem qualquer sacrifício do erário real, confiava na sua capacidade de resistência e força expansiva. Plantando sem pausa os seus estabelecimentos, estendendo-se pelos laços de sangue, pelos interesses da vizinhança ou da mútua defesa, os estancieiros não só teriam consolidado a obra de apropriação do território, como a levaram adiante, em relação às fronteiras meridionais. Foi nesse segmento social e em sua ação militar que o autor identificou a formação de lideranças no Rio Grande do Sul, uma vez que a propriedade de estância seria o caminho que, no consenso da época, conduziria aos padrões sociais de maior consideração e prestígio¹³⁰.

De acordo com essa linha de pensamento, Moraes dava ênfase ao papel de comando de um “patriciado militar” e explicava que, a partir deste, o campeiro gaúcho não daria brida livre a seus instintos, pois, mesmo impetuoso, fora poderosamente sugestionado,

¹²⁹ MORAES, 1954, p. 33 e 39.

¹³⁰ MORAES, 1954, p. 37, 39-40 e 44.

guiado e contido pela autoridade dos chefes. Além disso, o escritor insistia naquele pressuposto que foi a pedra de toque do discurso historiográfico então em voga, acerca do brasileiro da Farroupilha, afirmando que, durante a guerra, o que predominara fora sempre o sentimento inarraigável de brasilidade dos farrapos. Referindo-se às motivações do movimento, Carlos Dante de Moraes relatava que os propósitos, os interesses e a combatividade dos rio-grandenses estiveram sempre ao serviço férreo da autoridade central – rei, imperador ou regente –, mas, em 35, verificava-se o despertar político e a sinergia de aspirações até então vagas e dispersas de uma província duramente sacrificada. Nesse sentido, as afrontas, injustiças, desacertos de um governo em tudo continuador da Metrópole acabariam transformando os “lidadores destemidos” – considerados até então somente braços rijos, meros executores de desígnios de agressão ou defesa – em cabeças que protestavam e reclamavam, que exigiam e reivindicavam¹³¹.

A respeito das lideranças rebeldes, Dante de Moraes as descrevia como formadas por homens treinados nas guerras, confiantes em si mesmos pelo hábito de pelejar e acometer, de laçar e bolear desportivamente, de vencer obstáculos e curtir sacrifícios, cobrando consciência do seu papel e do seu destino, em um quadro em que o ânimo revolucionário ganhava os espíritos e lavrava como um incêndio pela província inteira. Para o autor, na Farroupilha, os impulsos violentos foram vencidos por meio do controle bem-sucedido das lideranças, ou seja, a “barbárie”, oriunda ainda da época colonial, cedia de vez seu lugar

¹³¹ MORAES, 1952, p. 11.

para o “cavalheirismo”. Nessa perspectiva, o escritor afirmava que se impunha com o maior cabimento a questão de que se aquele não seria o momento de parecer chegada a ocasião da desforra campeira, do relaxamento da coação e da disciplina e da liberação dos instintos represados, ainda mais em uma luta que se prolongara por dez anos, período suficiente para desgastar os ânimos mais rijos e propiciar a irrupção de paixões inferiores. Ao possível questionamento, Moraes respondia negativamente, pois, segundo ele, longe de um desandar furioso de ímpetos, o movimento farroupilha seria o tipo de movimento governado, o quanto possível em tais circunstâncias, pelo sentimento religioso, a razão, a moral e o cavalheirismo. A esses fatores o autor acrescia uma preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir, de modo que o elemento humano da rebelião farroupilha, mais do que conduzido, fora fortemente influenciado e inspirado por uma elite moral de intelectuais e guerreiros¹³².

Ao tecer algumas considerações sobre o ambiente histórico à época da Farroupilha, Carlos Dante de Moraes explicava que era preciso levar em conta as conjunturas políticas reinantes no país, durante o ciclo revolucionário, quando o governo central se encontrava assoberbado por uma série de rebeliões provinciais, momento no qual o papel da monarquia, como cimentadora da pátria, seria compreendido por uma escassa minoria de homens de Estado. A Regência via-se a braços com a explosão de particularismos, de movimentos centrífugos, de instintos à solta, que

¹³² MORAES, 1952, p. 11.

punham em risco o próprio Brasil. No que tange ao Rio Grande do Sul, destacava o escritor que até a vinda do Barão de Caxias, manobravam os farrapos com relativa liberdade na província, a qual então seria um semideserto, com escassa população, passando-se longos meses sem nenhum combate, em um quadro em que as tropas, nos intervalos da guerra, se desmobilizavam e retomavam a faina campeira¹³³. Nesse sentido, Moraes buscava demonstrar o apego dos sul-rio-grandenses ao cumprimento de seus papéis sociais, só os sobrepujando em nome da luta pela liberdade.

Sobre os fatores motores da Farrroupilha, Dante de Moraes viria a reproduzir alguns dos itens já há muito repetidos pela historiografia. Uma dessas “causas” estava ligada à questão da tributação, destacando o autor o quanto seria excessiva e antieconômica a taxaação que pesava sobre os contribuintes rio-grandenses, além de apontar um contraste flagrante entre o desatar das energias econômicas, circulando em todas as veias do Rio Grande, e os métodos obsoletos e estreitos da máquina oficial. Aos excessos tributários que teriam agido como um dos fermentos revolucionários, o escritor acrescia a falta de investimentos no território sulino como um dos elementos promotores da revolta, descrevendo a carência de obras públicas, como pontes e prédios, a inexistência da instrução e os despropósitos dos emolumentos sacramentais, em um quadro pelo qual se poderia aquilatar a estreiteza de vistas, a incúria e a imprevidência que presidiam o manejo da coisa pública no Rio Grande de São Pedro. A síntese desses fatores, segundo Moraes, teria auxiliado a acender o

¹³³ MORAES, 1952, p. 11-12.

estopim da rebelião, já que a tributação exagerada que pesava sobre os rio-grandenses produzira uma renda vultosa de que o Governo Central dispunha, restando para os serviços provinciais uma soma irrisória¹³⁴.

O apelo às armas como o último recurso ao qual os farroupilhas teriam de lançar mão foi outro dos axiomas então já muito difundido, do qual Moraes também se valeu. Nessa linha, sustentava que, diante da arrogância, teria estremecido a consciência da força e da decisão de toda uma grei espezinhada, homens que se levantavam de lança em punho e que, com virilidade, realismo, bom senso, ainda nas horas procelosas, manifestaram um sentido construtor que mesmo à época do escritor ainda estariam a surpreender. Segundo a concepção do autor, o Império, tal como a Metrópole, não teriam conseguido compreender que o caudal de energias que se avigorava na Província não poderia ser conduzido sempre como elemento passivo e autômato, ou seja, ele fora represado, mas avolumara-se com os erros políticos daqueles, obrigando a romper-se os diques, advindo daí o ímpeto, a rijeza e a vitalidade prolongada do protesto farroupilha¹³⁵.

O preceito já há muito difundido e consolidado, de poder ser sintetizada a Revolução Farroupilha como a luta da liberdade contra a tirania, também se fez presente nos escritos de Carlos Dante de Moraes, para quem, antes mesmo da eclosão rebelde, já se poderia ver que assumia formas cada vez mais graves o conflito entre o peso constritor da autoridade e o sentimento de liberdade que, na consciência dos rio-grandenses, se

¹³⁴ MORAES, 1954, p. 49-52.

¹³⁵ MORAES, 1954, p. 60.

firmava em fundas raízes instintivas e emocionais, em um quadro em que, sob o respeito ilimitado da autoridade, que tinha o peso de séculos, germinavam no coração dos gaúchos ressentimentos surdos, revoltas caladas, sem voz e sem eco, que viriam à tona em 1835. Para o escritor, de um constante escorchar que constituía ingrata situação, adviria um reverso moral e psicológico, tecido por instintos e sentimentos fortes, tendo em vista que o pastoreio e a guerra haviam forjado um tipo varonil, dotado de extrema coragem e rijeza, livre no círculo de sua rude atividade. Apelando para explicações calcadas no telúrico, o autor ainda destacava que estímulos psíquicos poderosos, inerentes ao seu modo de vida, imprimiam na face e nos gestos dos gaúchos um ar de independência e desassombro que surpreendia os forasteiros vindos de outras plagas do Brasil, de modo que, correndo veloz a planície verde, no seu pingo predileto ajaezado de prata, o campeiro experimentava a sensação de dominá-la, de ser o seu senhor, de identificar-se com ela, em uma projeção narcísica de si mesmo na extensão vasta, carregada de enlevo e afetividade¹³⁶.

Essas visões da liberdade assumiriam verdadeiro caráter ideológico, para Dante de Moraes. As lutas políticas desencadeadas pela emancipação do Brasil teriam propellido os homens para um clima fervoroso de conquistas liberais, amortecendo o prestígio centrípeto da realeza, em um contexto no qual o que estaria em germe, em um modo de vida rude e instintivo, se alçaria aos poucos ao plano político, ocorrendo o que seria uma verdadeira tomada de consciência. Associando

¹³⁶ MORAES, 1954, p. 53, 54 e 57.

militarismo e pensamento liberal, o autor destacava que, já nas guerras da década de 1820, os chefes guerrilheiros, comandantes naturais das milícias, homens de prestígio entre a gente campeira, sentiam-se deslocados e preteridos, na primeira linha de combate, ao mando de generais estranhos ao meio, que estariam longe de primar pela habilidade estratégica, surgindo, assim, um ciúme calado, mas prenhe de ressentimentos, vazado apenas na singeleza das quadras populares. De acordo com o escritor, uma confluência de fatores emocionais iria, em um crescendo, até o protesto e o levante de 35, em um contexto no qual o Rio Grande se tornaria, em breve, um verdadeiro estuário das ideias liberais¹³⁷.

Seguindo os tradicionais cânones do discurso historiográfico então reinante, Moraes destacava os “feitos” dos farroupilhas ao longo dos dez anos de lutas. Explicava que os rebeldes mantiveram, anos a fio, quase toda a Campanha em seu poder, instalaram uma capital, legislaram, organizaram e administraram, de modo que, graças a essas circunstâncias, puderam os seus chefes e inspiradores manter intacta a sua mentalidade ideológica, humanitária, cristã, cavalheiresca e fraterna. Argumentava que, se vivessem os farroupilhas em uma província povoada, de comunicações fáceis, acossados de todos os lados, dia e noite, seria provável que não lhes fosse dado conservar aquele nível de espiritualidade política. Destacando a ação de Caxias na pacificação, ressaltava que, quando o grande general do Império apertou o cerco em torno dos rebeldes, o cansaço já os dominara, tendo passado a época dos surtos e das

¹³⁷ MORAES, 1954, p. 58-59.

ilusões de vitória, momento em que um hábil chefe, animado de sentimentos fraternos, veio jogar na Campanha os seus largos recursos militares para compelir os revolucionários à deposição das armas e ao conagraçamento honroso¹³⁸. Assim, além da ênfase às tradicionais “realizações” dos farrapos, o autor lembrava o recorrente axioma da paz honrosa, sem vencedores ou vencidos, tão concernente à historiografia então vigente.

Outro elemento discursivo predominante à época no seio historiográfico – a negação da presença do caudilhismo no Rio Grande do Sul – também se faz presente na obra de Dante de Moraes, ao menos no que tange às lideranças da Revolução Farroupilha. O autor questionava se aos chefes farrapos se poderia atribuir com fundamento social e histórico o título de caudilhos, passando a exemplificar casos da utilização do termo, concentrando-os no cenário platino. A partir dessa perspectiva, o escritor chegava à conclusão de que os chefes rio-grandenses, não obstante a formação campeira de tantos deles, só se sentiam bem obedecendo à forma legal, aos ditames morais, aos princípios religiosos, chegando a haver, na sua rebeldia, escrúpulos de consciência que teriam lutado dramaticamente com as convicções que lhes armavam o braço. Nesse sentido, Moraes explicava que os farrapos não teriam incorrido naquilo que ele denominava de arrogância gauchesca, em uma direta inferência à figura do *gaúcho malo* e, portanto, platino, chegando inclusive a citar, no lado legalista, um exemplo de indivíduo que lembrava os caudilhos orientais¹³⁹.

¹³⁸ MORAES, 1952, p. 12.

¹³⁹ MORAES, 1952, p. 12.

Na intenção de demonstrar a civilidade que teria caracterizado a Farroupilha, Carlos Dante de Moraes chamava atenção para um suposto caráter urbano e a presença de setores diretivos ilustrados como características do movimento. Para ele, seria forçoso reconhecer que, embora congregasse a gente campeira e os princípios estancieiros, não fora um movimento propriamente do campo, constituindo-se, ao contrário, em uma rebelião de irradiação visivelmente urbana. Citava Porto Alegre e Rio Pardo como os principais focos intelectuais, além do que teriam prestado concurso brasileiros de outras províncias e numerosos estrangeiros, destacando padres já célebres em rebeliões passadas, maçons forrados de filosofia política, homens cultos, manejando a pena com desembaraço, ilustrados oficiais do exército, poetas que não se continham ante a fisionomia épica dos acontecimentos, membros de sociedades literárias, capitães do mar dados ao corso e aventureiros que ficariam na história com um perfil semi-lendário¹⁴⁰.

Na mesma linha, dando ênfase à intelectualidade que teria orientado a rebelião, Moraes enfatizava que, nas palavras daquelas plêiades, todas amando a liberdade com letra maiúscula, se poderia sentir o alvoroço de um sentimento que, no Brasil, recém madrugava e, por isso, adquiria uma sonoridade romântica. Lembrava que o Rio Grande, naquele decênio agitado, se tornara o campo de experiência e aplicação de princípios novos e aspirações libertárias, identificando-se no mesmo ardor incontido homens de diversas procedências. Ainda fazendo referência ao grau

¹⁴⁰ MORAES, 1952, p. 12.

de ilustração que teria circundado a Farroupilha, o escritor relatava a presença de poetas vivazes e letrados que versejavam à maneira clássica dos últimos árcades, em conjuntura na qual os acontecimentos não lhes apareciam na sua crueza prosaica, mostrando-lhes uma face épica, que os compelia a engrandecer e a transfigurar os seus heróis. Desse modo, explicava que os cabos de guerra de Piratini eram celebrados em estrofes entusiastas, em que a valia poética era superada de muito pela sinceridade e o fervor¹⁴¹.

Ainda no intento de demonstrar o caráter “cavalheiresco” da Guerra Civil de 1835, Dante de Moraes chamava atenção para a influência espiritual mais forte da rebelião que teria sido a dos sentimentos religiosos, destacando para comprovar sua asserção: a participação de vários sacerdotes desde a fase da conspiração rebelde; a presença da frase “Em nome da Santíssima Trindade” que dava início ao preâmbulo da constituição farroupilha; o juramento republicano, o qual tinha, como primeiro compromisso, manter a religião católica apostólica romana; o forte sainete cristão dos farrapos nas proclamações de seus líderes, e os artigos de *O Povo*, órgão farroupilha, em que se faziam presentes palavras e considerações repassadas de fundo sentimento religioso. Desse modo, concluía o autor que os farrapos foram fortemente influenciados pela doutrina cristã e pela moral católica, de modo que em seus espíritos a ideia de criatura andava sempre associada à ideia de Criador¹⁴².

¹⁴¹ MORAES, 1952, p. 12-13.

¹⁴² MORAES, 1952, p. 13.

Levando em conta todos esses condicionantes dos quais adviria aquele forte conteúdo de “civilidade” à Farroupilha, Moraes explicava que esses sentimentos, ditames e princípios teriam feito dos chefes de 35 um grupo de escol, de vigorosa influência moral, capaz de conter os açaímos, dominar e dirigir os impulsos da massa anônima, tão fáceis de deflagrar em licença nos dias de convulsão. Segundo o autor, seria digno de nota, naquele decênio memorável, no meio das conjunturas de sangue, um marcado respeito pelo homem, na sua condição fundamental de ser moral e espiritual, e a submissão reverente aos valores éticos e religiosos, dos quais redundariam numerosos atos de fraternidade cristã, nobreza de alma e generoso cavalheirismo, que, na sua concepção, a tradição oral recolhera e a historiografia gravara documentalmente. Nessa linha, Dante de Moraes ressaltava largamente os “atos de fidalguia” dos farrapos, chegando a reconhecer a presença da violência durante a rebelião, buscando demarcar que se tratava de casos isolados que não chegariam a comprometer o conjunto do evento histórico¹⁴³. Assim, diante dos feitos e dos sentimentos generosos, cavalheirescos e cristãos de uma “intelectualidade de escol”, a violência não passaria de um detalhe que, no caso da Farroupilha, deveria ser menosprezado pela historiografia.

Ao sintetizar suas ideias sobre a Farroupilha, o autor de “Trinta e cinco e Noventa e três” e “O povo rio-grandense nas vésperas de 35” afirmava que restava uma conclusão implícita na lógica das coisas de todo o processo que descrevera. Nesse sentido, destacava que,

¹⁴³ MORAES, 1952, p. 14-15.

em poucos anos, amadurecera nos rio-grandenses a consciência de que a sua Província vivera maltratada e explorada por uma centralização inepta e injusta, de modo que o seu olhar crítico, aceso pela propagação das ideias liberais, descera aos detalhes da defeituosa máquina político-administrativa que os vexava, tolhendo o surto dos seus legítimos interesses. Segundo o escritor, em tal povo, exacerbado pelas conjunturas referidas, só poderia ter surgido uma ideia política como expressão vital de seus reclamos e necessidades, quer seja, a federação e a autonomia provincial, de modo que a separação teria sido apenas uma contingência, forçada pelos acontecimentos, uma variação temporária daquele grande tema¹⁴⁴. Nessa linha, nas palavras do autor, questões como a justeza do movimento, a luta contra a tirania e a brasilidade dos farrapos ficavam mais uma vez evidenciadas.

Desse modo, bebendo em tradicionais fontes historiográficas, Carlos Dante de Moraes reproduzia a estratégia discursiva de alocar a Revolução Farroupilha como o epicentro da história rio-grandense, servindo como elemento comparativo na análise de todos os demais eventos da formação gaúcha. Ao ressaltar a história do movimento, o escritor incorreria no tradicional discurso de criar uma aura romantizada ao evento, enaltecendo os homens que a fizeram e o Estado organizado que se criara, lembrando o que chamara de “tempos memoráveis” de 1835-1845. Ainda que buscasse de certo modo atualizar sua linguagem, lançando mão de termos mais modernos de acordo com sua época, os escritos de Moraes não iam muito além do que já havia

¹⁴⁴ MORAES, 1954, p. 59-60.

sido entabulado sobre a Farroupilha, de modo que a possível renovação conceitual não passava de um verniz modernizante. Tanto na revista *Província de São Pedro* quanto na primeira série de *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, Dante de Moraes demonstrava seu reconhecimento como intelectual de então e, ao mesmo tempo, teria nesses fortes veículos de propagação a possibilidade de reedificar os pressupostos que já haviam se tornado praticamente ditames historiográficos no cenário rio-grandense. O discurso historiográfico advindo de uma planificação política mais ampla de que fez parte já existia há mais de duas décadas e permanecia plenamente reinante, demarcando uma pujante continuidade que, no contexto regional, ultrapassaria a existência do próprio projeto que lhe dera origem, e Carlos Dante de Moraes constituiria mais um dos pontos de difusão dessa verdadeira rede discursiva¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006, p. 131-143.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
Aberta
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

